

Junho 2013 • Ano 3 • Número 10

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Ação conjunta contra a lavagem de dinheiro

O futuro começa agora

**Abrir sociedade ajuda
a renovar liderança**

Entrevista: presidente do TCU defende planejamento e governança

UNIVERSITÁRIO

O IBRACON QUER LEVAR VOCÊ A LONDRES!

3º Prêmio Transparência de Jornalismo – 2013

Tema: “Consolidação da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria Independente”

- ✓ Envie sua matéria até 20/11/2013
- ✓ O autor do trabalho vencedor e o seu Professor Orientador serão premiados com uma viagem a Londres para uma visita à sede do International Accounting Standards Board (IASB)
- ✓ Prêmio destinado a estudantes de graduação em Ciências Contábeis

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

INSCRIÇÕES E REGULAMENTO: www.ibracon.com.br/universitario



6 Planejamento e governança
Presidente do TCU fala de seu plano de trabalho

14 O encontro do ano
Veja a programação da Conferência do Ibracon

16 Contra a lavagem de dinheiro
Regulamentação ajuda a proteger contadores e auditores



21 A crise do euro e a contabilidade pública
Presidente da Ifac, Warren Allen, enfatiza importância das IPSAS

24 Discurso uniforme
Relatórios integrados vão elevar transparência e consistência



28 O futuro começa agora
Abrir sociedade ajuda a renovar a liderança e atrair talentos para as FAPMP

32 Pingos e respingos
Confira as ações do Ibracon

34 Um recorde atrás do outro
Setor de turismo comemora resultados positivos



37 Panorama
Eventos e notícias do setor

38 Siscoserv exige atenção
Sistema inspira cuidados na compra e venda de serviços

40 Opinião
Carlos A. Rocca analisa fatores que inibem o acesso ao mercado de capitais

44 Juventude com experiência
Alexsandro Broedel, do Itaú, é exemplo de dedicação e sucesso profissional

46 Sintonia fina
CT orienta emissão de relatórios de auditoria

48 Xô, estresse!
Planejamento é o ponto de partida para uma melhor qualidade de vida

50 Educação continuada
Um ano de muita atividade





A Revista Transparência Ibracon

é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração

Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Guy Almeida Andrade
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Paolo Giuseppe Araújo
Paulo Buzzi Filho
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil

Diretoria Nacional

Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo César Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretor de FAPMP
Adriano Roberto Legnari Faria

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial

Adelino Dias Pinho
André Luiz Bufoni
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Giovana Batistella
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Juarez Lopes de Araújo
Marco Aurelio Fuchida



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geralda Privatti

Reportagem
Crislaine Coscarelli
Renato Vaisbih



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin
Foto da capa: Roberto Temin

Cada vez mais forte



Ano após ano, a Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon ganha corpo e influencia o debate de temas essenciais à profissão. Este número da nossa *Transparência Ibracon* é prova disso. Várias matérias aqui apresentadas à sua leitura espelham o fortalecimento da Conferência, agora em sua terceira edição, e a relevante contribuição que ela oferece ao desenvolvimento da profissão e dos profissionais.

A matéria de capa desta edição destaca o excelente trabalho realizado pelo Ibracon, em parceria com o CFC e a Fenacon, para regulamentar a aplicação da Lei nº 12.683/12, que trata do combate à lavagem de dinheiro. O tema será objeto de um importante painel na Conferência.

Nossa revista também antecipa o debate que ocorrerá na Conferência em torno da formulação de um modelo de relatório integrado, para harmonizar as informações de sustentabilidade e governança aos reportes financeiros e contábeis das companhias.

Outra reportagem que recomendo à sua leitura é a entrevista exclusiva concedida pelo presidente do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes, com o qual realizamos reunião em Brasília. Desde que assumiu o cargo, em janeiro, ele está empenhado na reestruturação física e conceitual do órgão, para elevar a governança do Tribunal ao mesmo tempo em que melhora os subsídios que oferece à administração pública para garantir a eficiência na aplicação dos recursos do Estado.

Não deixe de conferir a programação completa da Conferência. Você verá que ela conta com palestrantes de altíssimo nível de conhecimento, que abordarão os principais temas da profissão.

Boa leitura. Espero ter o prazer de encontrá-lo pessoalmente na Conferência,

Um abraço,
Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

Planejamento e governança

Empossado em janeiro como presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), o gaúcho João Augusto Ribeiro Nardes deu início a um plano de trabalho ancorado em conceitos relativamente raros na administração pública: governança, planejamento, gestão e desempenho. Palavras que remetem à sua formação em Administração de Empresas e à pós-graduação em Estudos do Desenvolvimento (na Suíça).

Ao longo desta entrevista, o presidente detalha os pontos mais importantes de sua gestão à frente do TCU. "Adotamos a especialização como estratégia de atuação", explica. "A ideia é atuar mais de forma preventiva, para evitar que as irregularidades ocorram e culminem em prejuízo à sociedade."

Além de já ter reestruturado as unidades técnicas do TCU, ele está direcionando as ações do Tribunal também para a produção de análises sistêmicas, visando a identificar situações de risco. "Passaremos a elaborar relatórios periódicos em áreas como educação, saúde, previdência e meio ambiente, para oferecer subsídios à administração pública", adianta o presidente. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

O senhor tomou posse na Presidência do TCU em janeiro. Em sua avaliação, quais os principais desafios do órgão?

Assumir a presidência do TCU traz, implícita, uma enorme responsabilidade, decorrente das próprias competências que a Constituição Federal atribuiu a essa corte. O auxílio ao Congresso Nacional no controle da administração pública, de forma a contribuir para seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade, constitui o maior desafio a ser enfrentado.

Para tanto, adotamos a especialização como estratégia de atuação do TCU, que estará concentrado na efetividade dos serviços prestados pela administração pública à sociedade, notadamente quanto à melhoria da governança pública, planejamento, gestão, desempenho e transparência, bem como nas ações para coibir os desperdícios, as fraudes e os desvios de recursos públicos.

O plano estratégico do TCU tem como diretrizes principais a tempestividade e a seletividade das ações de controle. Essa seletividade se dará mediante ênfase na atuação do Tribunal em áreas de elevado impacto social, a exemplo da saúde e da educação. Também serão priorizadas as parcerias com outros órgãos de controle, as quais se aperfeiçoarão, principalmente, por intermédio das auditorias coordenadas, envolvendo Tribunais de Contas dos Estados e Municípios bem

como entidades de fiscalização superiores de países vizinhos.

Ainda no cenário que se avizinha, teremos as novas rodadas de concessões aeroportuárias e rodoviárias e de licitações de blocos para exploração de petróleo, e as questões que decorrerão da prorrogação das concessões de energia elétrica, matérias acerca das quais o Tribunal é instado a se manifestar.

Como se pode verificar, o Tribunal deve enfatizar suas ações no sentido de firmar parceria construtiva com a administração pública, identificando os gargalos que dificultam a prestação de serviços de melhor qualidade e orientando possíveis ações com vistas a melhorar a governança pública, sem descuidar das ações de auditoria de conformidade, com vistas à legalidade da atuação dos gestores públicos.

Como será esse novo modelo de gestão proposto? E quais os ganhos esperados?

O Tribunal vai enfatizar a melhoria da governança pública reforçando sua atuação do ponto de vista pedagógico. Entretanto, não pode se desvincular de todas as suas atribuições constitucionais, tais como verificar a legalidade dos atos de gestão dos administradores públicos. A ideia é atuar mais de forma preventiva, para evitar que as irregularidades ocorram e culminem em prejuízos à sociedade.

Neste sentido, no primeiro dia de minha gestão, aprovei um profundo ajuste estrutural nas unidades técnicas do TCU. A partir de agora, teremos unidades técnicas focadas especificamente no controle de temas fundamentais para a sociedade, como as Secretarias de Controle Externo das áreas de saúde, educação, previdência

social, desenvolvimento econômico, de meio ambiente e de infraestrutura. Com relação às secretarias do TCU situadas nos Estados, a ideia é explorar a vocação regional: por exemplo, as áreas social e de turismo para as secretarias do Nordeste, e a ambiental para as do Norte do País.

Com a especialização, as secretarias terão identidade em sua atuação, concentrando-se nas áreas sobre as quais serão produzidos relatórios setoriais sistêmicos que permitam a identificação das situações de risco e relevância, bem

como a orientação para a adoção de medidas que permitam os competentes aprimoramentos, a exemplo do que já fazemos em relação às obras públicas.

Tenho a convicção de que o TCU pode, a cada dia, prestar melhor serviço à sociedade brasileira, de forma a refletir uma indução ao desenvolvimento do País e maior qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos.

Um dos elementos do seu novo modelo de gestão é a ampliação das



auditorias para avaliar o desempenho das políticas e dos órgãos públicos. O senhor pode explicar os impactos dessa iniciativa?

Essa forma de atuação encontra ressonância no nosso planejamento estratégico, que definiu como uma das diretrizes de atuação do Tribunal a perspectiva de contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho da administração pública.

Como já fazemos no acompanhamento das obras públicas mais relevantes, passaremos a elaborar relatórios periódicos em áreas como educação, saúde, previdência e meio ambiente, com o objetivo de oferecer subsídios à própria administração pública, para a orientação de eventuais ações corretivas, e ao Congresso Nacional, em razão de sua competência constitucional de fiscalização. Ao mesmo tempo, essas informações servirão de instrumento para que a sociedade brasileira promova o controle social da administração pública como um todo, para que possamos ter, a cada dia, melhores serviços públicos nessas áreas.

O TCU emitiu, recentemente, um relatório apontando déficit de professores em institutos federais. Este já seria um resultado da proposta de atuação setorializada do Tribunal?

Essa é uma outra diretriz da nossa gestão, as auditorias coordenadas, setorializadas e regionalizadas, a fim de otimizarmos os trabalhos e termos uma visão ampliada dos problemas na gestão de recursos federais descentralizados para finalidades diversas. Essas auditorias poderão ocorrer tanto em parceria com as demais instituições de fiscalização, quanto em conjunto com os Tribunais de Contas dos Estados. Em sintonia com essa perspectiva de traçar um diagnóstico da atuação da

administração pública brasileira nas áreas de maior impacto social para identificar eventuais gargalos que dificultam o oferecimento de serviços de melhor qualidade, já começamos a realização de uma auditoria na área de educação, para avaliar o ensino médio.

Nesse trabalho, contaremos com a participação dos Tribunais de Contas de quase a totalidade dos Estados brasileiros, sob a coordenação do TCU, que, previamente, ofereceu treinamento às equipes de auditoria dessas cortes, na área de auditoria operacional, repassando-lhes o que existe de mais moderno em termos de metodologias de trabalho, inclusive em sintonia com as principais práticas internacionais. Vale assinalar que o TCU preside o Subcomitê de Auditoria de Desempenho da Intosai (Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores).

Esse trabalho a que você se refere faz parte desse esforço do TCU de avaliar as políticas públicas e o desempenho dos programas governamentais, mas começou na gestão anterior do Tribunal, sob a presidência do ministro Benjamin Zymler, que já dava cumprimento ao planejamento estratégico em vigor. A orientação metodológica que ora propugnamos, de envolver todo o sistema de controle externo, no Brasil, busca promover, também, uma melhoria no desempenho de todos os Tribunais de Contas.

O senhor é um crítico da falta de planejamento na administração pública. Em sua opinião, ela é um traço cultural do brasileiro ou faltam mecanismos de gestão?

A falta de planejamento constitui um dos maiores entraves para o desenvolvimento do Brasil. Esta constatação, infelizmente, salta aos olhos da sociedade. Diariamente, a mídia alerta para a falta de médicos em

hospitais públicos, falta de professores e deficiências profundas no sistema educacional, falta de policiais e falhas no sistema de segurança pública, apenas para mencionar alguns aspectos.

Uma das vertentes mais visíveis do problema com que nos defrontamos no TCU consiste na falta de adequado planejamento das obras públicas. É de surpreender que os problemas mais frequentes decorram de deficiências nos projetos e nos orçamentos dos empreendimentos.

As falhas nos projetos podem resultar em aumentos substanciais no valor da obra. Frequentemente, dessas circunstâncias decorre o risco de que os recursos previamente destinados ao empreendimento não sejam suficientes para sua conclusão. Outrossim, um projeto deficiente também pode impactar a qualidade final do produto entregue à sociedade.

Estas consequências nefastas da falta de planejamento se projetam para além das obras públicas, atingindo a atividade administrativa como um todo, em todas as áreas de atuação do Estado.

A questão, ao meu ver, transcende o aspecto cultural, pura e simplesmente, indo pousar mais além, na esfera da governança.

A governança traduz um conceito relativamente novo, que tem sua essência na capacidade de condução dos processos de formulação, execução e avaliação das políticas públicas integrando os mecanismos de gestão com vistas à eficácia e efetividade dos resultados almejados e da transparência dos processos. Para tanto, a sistematização do planejamento com a aplicação de conceitos modernos que possibilitem o controle institucional e social, notadamente a *accountability* da atuação administrativa, pode alavancar mudanças



"A falta de planejamento constitui um dos maiores entraves para o desenvolvimento do Brasil. Essa constatação, infelizmente, salta aos olhos da sociedade"

significativas no panorama administrativo brasileiro.

A Constituição de 1988 instituiu um novo sistema de planejamento público, fundado no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas leis de orçamentos anuais, imprimindo substancial inovação no tocante aos gastos públicos.

A despeito desse avanço no plano constitucional, do qual se permite entrever que as leis de diretrizes orçamentárias intensificaram sua importância como instrumento de planejamento da ação governamental, é flagrante o descompasso entre o orçamento planejado e aquele efetivamente executado. Esta assincronia deixa evidente a percepção generalizada da falta de planejamento estatal. Acredito, portanto, que a disseminação da cultura da governança, calcada em lideranças que lancem suas diretrizes de governo de forma clara, estabelecendo processos de gestão em que as políticas, os objetivos, os indicadores e as metas estejam bem definidos, é o caminho certo para a profissionalização dos gestores públicos e, por via oblíqua, para o florescimento de uma cultura

administrativa realmente comprometida com a atividade de planejamento.

Frequentemente surgem notícias de irregularidades em obras e licitações. Há um maior número de ilícitos, o sistema está mais frágil ou os órgãos de fiscalização e controle do País estão mais eficazes?

Apesar das frequentes notícias veiculadas pela mídia, o número de obras com irregularidades graves fiscalizadas pelo TCU vem caindo. Por exemplo, no ano de 2002, o Tribunal recomendou ao Congresso Nacional a paralisação de 166 obras. No ano passado, houve a recomendação de paralisar apenas 22 obras.

Os problemas mais recorrentes em obras públicas concentram-se nos projetos e no orçamento das obras. Em 2012, por exemplo, entre as 200 obras fiscalizadas no âmbito do Fiscobras, o plano de fiscalização anual do TCU sobre as obras de maior relevância e materialidade, conforme definido na LDO, as equipes de auditoria identificaram deficiências de projeto em 49% delas. Já a irregularidade de superfaturamento ou sobrepreço foi

identificada em 46% das obras.

E, dessas 200 obras (R\$ 38,3 bilhões de dotação orçamentária), mais de 50% foram fiscalizadas antes que a obra atingisse 25% de execução, sendo mais de 30% fiscalizadas antes do início das obras (editais e projetos) e menos de 5% fiscalizadas após terem sido concluídas. A adoção de medidas saneadoras pelos gestores evitou que o Tribunal recomendasse ao Congresso Nacional a paralisação de 17 obras no ano passado. Registro que a atuação tempestiva do TCU na fiscalização de obras tem trazido expressivos benefícios financeiros e não financeiros à sociedade. As ações realizadas em 2012 já geraram ganhos efetivos de R\$ 140 milhões e ainda poderão gerar benefícios de até R\$ 2,5 bilhões.

Este ano, o TCU inaugura uma nova linha de atuação no que se refere às fiscalizações de obras, com o objetivo de avaliar aspectos que vão além dos critérios de regularidade (projetos deficientes, sobrepreço, superfaturamento), passando também a auditar a qualidade das obras empreendidas, sob os aspectos de segurança e funcionalidade para o

usuário. Nesse sentido, menciono dois trabalhos recentes do Tribunal: o primeiro envolveu fiscalizações em rodovias recém-concluídas, com a detecção de diversos problemas de usabilidade pouco tempo após a entrega da obra; o segundo, detectou falhas na Ferrovia Norte-Sul em trechos nem sequer concluídos.

“O regime diferenciado apresenta avanços nas contratações públicas, pois mescla institutos do pregão presencial ou do eletrônico com os da Lei Geral de Licitações”

O País tem evoluído muito e há uma reorganização do modelo de atuação do setor público, com parcerias público-privadas, ampliação dos contratos de serviços por concessão, grandes investimentos em obras de infraestrutura, etc. O TCU está preparado para fazer frente a esse crescimento da demanda?

De fato, após o esgotamento dos modelos de Estado-provedor e de Estado-mínimo, o País encontrou o caminho para a retomada dos investimentos em infraestrutura com o paradigma do Estado-regulador. O saldo desse processo tem sido amplamente positivo, especialmente quanto à qualidade e regularidade dos serviços concedidos.

O TCU acompanha esse movimento desde o início e realiza um controle concomitante das desestatizações promovidas pela administração pública, compreendendo as privatizações, concessões, permissões e autorizações de serviço público. Para desempenhar esse papel, em 2000, foi criada a Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid), dedicada exclusivamente ao tema regulação. Após recente desmembramento em 2011, passamos a contar com duas dessas unidades, sendo a primeira voltada à área de transportes (rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário),

enquanto que a segunda se dedica aos temas de energia elétrica, petróleo, gás natural, mineração e comunicações. Atualmente, essas duas secretarias contam com cerca de 60 auditores concursados e especializados no assunto, a maioria com pós-graduação em controle externo da regulação.

O TCU conta, ainda, com quatro secretarias especializadas em auditoria de obras: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodovia); Secretaria de Fiscalização de Energia e Saneamento (SecobEnergia); Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro); e Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e Edificação (SecobEdif).

O expressivo volume de novas concessões no âmbito do Programa de Investimentos em Logística, anunciado pelo Governo Federal em agosto do ano passado, amplia o desafio de analisarmos tempestivamente os projetos de infraestrutura. No entanto, o TCU está preparado. Como expliquei, o Tribunal construiu, ao longo dos anos, uma capacidade institucional sólida para o controle externo da regulação estatal, que lhe permite contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório, aumentar a transparência, a estabilidade regulatória e, conseqüentemente, a melhoria da prestação de serviços públicos.

Grandes obras associadas à Copa do Mundo terão um regime diferenciado de contratações públicas (RDC). Qual é a sua opinião sobre esse regime e o que pode ser feito para assegurar a lisura dos contratos?

O RDC apresenta alguns avanços no regime das contratações públicas, na medida em que mescla institutos do pregão presencial ou do eletrônico com os da Lei Geral de Licitações, além de institutos próprios, objetivando agilizar o procedimento licitatório, a exemplo da inversão de fases, redução de prazos, redução do número de recursos, publicações eletrônicas, tudo isso implicando redução de custos para o erário e estimulando a competitividade.

Com o novo regime, o gestor público passou a ter novas opções para realizar as contratações de obras públicas com maior eficiência. Concebido para os eventos esportivos de 2013 a 2016, o RDC foi logo estendido às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às realizadas no âmbito do SUS e do sistema público de ensino. A Infraero tem utilizado amplamente as inovações do RDC em suas licitações e os resultados mostram que, comparadas às concorrências regidas pela Lei 8.666/1993, as licitações do RDC são mais ágeis, encurtando em cerca de 40% o lapso temporal entre a divulgação do certame e sua homologação. Os demais desdobramentos, inclusive quanto aos riscos das inovações, serão avaliados oportunamente de acordo com o andamento das obras.

Por outro lado, o aumento da discricionariedade proporcionado pelo RDC traz reflexos sobre o dever de bem motivar os atos administrativos, sendo significativas as deficiências históricas dos gestores públicos nesse quesito. Nesse aspecto, o TCU tem procurado fiscalizar os primeiros empreendimentos contratados pelo RDC ainda na fase de licitação, expedindo orientações ou determinando medidas corretivas quando constatadas impropriedades nos certames.

O Tribunal já começou a firmar alguns entendimentos a respeito do Regime Diferenciado e, sempre que necessário,

apresenta proposições para os aperfeiçoamentos cabíveis.

Não obstante os aspectos positivos, tenho alertado, em minhas palestras pelo País, que as oportunidades de melhoria devem ser balanceadas com a necessária mitigação dos riscos das inovações. E essa análise poderá ser mais bem explorada pelo Tribunal na avaliação dos primeiros projetos que vêm utilizando o RDC.

Qual é sua avaliação sobre as novas normas de contabilidade do setor público? O TCU participa desse processo?

O Poder Executivo vem implantando um novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público, que tem como objetivo promover a convergência aos padrões estabelecidos nas normas internacionais. Além disso, tramitam no Congresso Nacional proposições no sentido de alterar a legislação vigente que trata da contabilidade pública no Brasil. O Tribunal de Contas da União atua nesse processo com uma visão abrangente sobre os aspectos financeiro e fiscal da atuação governamental. O TCU compreende a importância que a contabilidade exerce nas finanças públicas de qualquer país. Uma contabilidade bem estruturada e fincada em bases sólidas é fundamental para a confiança dos usuários da informação contábil nos balanços e demonstrativos públicos.

O TCU tem importante participação na contabilidade federal, que pode se dar pelo menos de três formas distintas: a) como fiscal do cumprimento da legislação que trata das políticas e procedimentos contábeis aplicáveis à contabilidade federal; b) como auditor externo constitucionalmente competente para emitir opinião acerca da confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis do Governo



“Uma contabilidade bem estruturada é fundamental para a confiança dos usuários da informação contábil nos balanços e demonstrativos públicos”

Federal; e c) como ator relevante e necessário do processo de reforma da contabilidade federal, incentivando a melhoria dos processos e controles contábeis e direcionando a contabilidade federal no sentido de produzir informações relevantes, tempestivas e confiáveis para a transparência e a gestão. No primeiro caso, vale destacar que há o Acórdão nº 158/2012, prolatado pelo Plenário do TCU, que avaliou a legalidade de algumas alterações em procedimentos contábeis em decorrência das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. Tal acórdão ainda se encontra em discussão no âmbito do Tribunal, em fase recursal.

Quanto à segunda situação, anualmente o TCU emite uma opinião de auditoria sobre a confiabilidade das demonstrações financeiras consolidadas do Governo Federal. Nesses trabalhos, o foco não está só na legalidade, mas também na qualidade e confiabilidade das informações contábeis. São auditados números que consolidam vários trilhões de reais em ativos, passivos, receitas e despesas do Governo Federal.

Quanto ao terceiro tipo de atuação, além dos processos de fiscalização, o Tribunal frequentemente indica servidores para participar de grupos de discussão técnica organizados pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Conselho Federal de



"As auditorias independentes, quando obrigatórias, desempenham um importante papel na governança das empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias"

Contabilidade (CFC). Nesses grupos, os auditores atuam de forma não vinculativa ao emitirem suas opiniões e também como ouvintes a fim de antecipar futuros problemas em alterações nas políticas e nos procedimentos contábeis. O TCU participa nas discussões sobre essas alterações não só no nível infralegal, mas também no âmbito do Congresso Nacional. O TCU, por meio de suas unidades técnicas, tem participado dessas discussões, buscando aperfeiçoar a contabilidade pública brasileira de modo que ela possa contribuir para a transparência e a credibilidade das finanças federais.

Qual a visão do TCU em relação às normas internacionais de auditoria de demonstrações contábeis?

Atualmente, há um projeto no Tribunal, financiado pelo Banco Mundial, voltado ao fortalecimento da auditoria de demonstrações financeiras realizada pelo TCU. Este projeto teve início em março de 2011, poucos meses após a publicação das Diretrizes de Auditoria Financeira pela Organização Internacional das Entidades de Fiscalização Superior (Intosai), que são padrões internacionais consistentes com os publicados pela Federação Internacional de Contadores (Ifac).

O projeto visa à formulação de uma estratégia e de um plano de ação para que o TCU adote integralmente os padrões internacionais aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entes governamentais.

Já foram realizados diversos diagnósticos sobre a contabilidade, os controles internos e os procedimentos de auditoria existentes no âmbito federal. Além disso, foi contratada consultoria com especialista para a avaliação das oportunidades de melhoria na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Governo Federal, mais conhecidas por Balanço Geral da União, no intuito de alinhar os procedimentos de planejamento, execução e relatório desta auditoria às Diretrizes de Auditoria Financeira da Intosai. Vale lembrar que o consultor contratado, Claudio Longo Gonçalo, teve experiência no Comitê de Normas de Auditoria do Ibracon.

O projeto está em fase final, com previsão de término para março de 2014. A etapa atual se refere à identificação de boas práticas de auditoria financeira no setor público. Em dezembro do ano passado, o TCU realizou, com o apoio do Banco Mundial, o Seminário Internacional de Auditoria Financeira no Setor Público, que contou com a participação de representantes de Entidades de Fiscalização Superior (EFS) da África do Sul, Austrália, Estados Unidos, França, Suécia e União Europeia.

Ainda nessa etapa, será realizada uma pesquisa em EFS de países desenvolvidos, bem como um estudo comparado entre o TCU e EFS de países selecionados, visando à excelência na auditoria de demonstrações financeiras realizadas pelo TCU. Portanto, de posse da estratégia formulada no âmbito do projeto com o Banco Mundial, nos próximos anos o TCU tem o desafio de implementar essa estratégia para a adoção dos padrões internacionais de auditoria de demonstrações financeiras. Para isso, contamos com o apoio dos diversos organismos envolvidos com o tema, em especial o Ibracon.

Como o senhor vê o papel da auditoria independente para o aumento da transparência e melhoria na prestação de contas? Ela pode ser entendida como complementar à atividade do TCU no caso das entidades públicas?

As auditorias independentes, quando obrigatórias, desempenham um importante papel na governança das empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias, visto que representam o olhar isento de um terceiro extremamente qualificado a respeito do que ocorre no interior das entidades.

Embora tenham foco de atuação diferente, já que o TCU visa preponderantemente o interesse público, a atuação das entidades pode ser considerada complementar, embora totalmente independente. Tendo por foco a governança das entidades fiscalizadas, ambas contribuem para fornecer à sociedade uma razoável segurança de que os recursos e poderes delegados aos administradores públicos estão sendo geridos de modo a preservar o interesse dos acionistas, no caso das sociedades anônimas, e dos cidadãos, no caso das empresas públicas e autarquias. ✓

Contabilidade:

Ciência Estratégica a Serviço da Sociedade.



23^ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo

Informações e inscrições: www.convecon.com.br
ou pelo email: convecon@convecon.com.br

Organizadores



IBRACON



Apoio



Promoção



Agência Oficial



18 a 20 agosto de 2013

Palácio das Convenções do Parque Anhembi
São Paulo - SP

O encontro do ano



3^a

CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE E
AUDITORIA INDEPENDENTE

10 de junho

8h

Abertura

Eduardo Pocetti - Presidente do Ibracon

Juarez Domingues Carneiro - Presidente do CFC

8h30

O Mercado de Capitais Brasileiro

Ana Dolores Novaes - Diretora da CVM

9h15

Perspectivas do Mercado da Auditoria no Brasil e no Mundo

Oswaldo Nieto - Presidente da Baker Tilly

José Domingos do Prado - Sócio-líder de Auditoria da Deloitte

Paulo Sergio Dortas - Managing Partner da Grant Thornton

Charles Krieck - Sócio-líder de Auditoria da KPMG

Fernando Dantas Alves Filho - Presidente da PwC

Coordenador: Guy Almeida Andrade

10h30 - Intervalo para café

11h

Utilização das Normas de Auditoria em Entidades de Pequeno e Médio Portes

Monica Foerster - Diretora do Ibracon 6ª Seção Regional

Almir Peloi - Membro do GT FAPMP do Ibracon

Marco Antonio Papini - Membro do GT FAPMP do Ibracon
Coordenador: Paulo Cezar Santana

12h30 - Almoço

14h30

Projeto sobre o novo relatório dos Auditores Independentes

Daniel Montgomery - Vice-Presidente do IAASB - IFAC

Valdir Coscodai - Membro do IAASB e da CNNT

Ricardo Rodil - Membro do GT FAPMP

Coordenador: Eduardo Vasconcelos

16h - Intervalo para café

16h30

Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro e a Responsabilidade do Profissional da Contabilidade

César Almeida - Coordenador-Geral de Supervisão do COAF

Enory Luiz Spinelli - Vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC

Guilherme Bottrel Pereira Tostes - Vice-presidente Região Sudeste da Fenacon

Marco Aurelio Fuchida - Superintendente do Ibracon

Coordenador: Cláudio Gonçalo Longo

18h00 - Coquetel

Criada para reforçar o papel do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil como entidade formadora e multiplicadora de conhecimento, a Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente chega à sua terceira edição com uma programação de alta qualidade.

Nos dois dias do evento (10 e 11 de junho), o auditório do Hotel Intercontinental, em São Paulo, será palco de palestras e

painéis sobre os mais importantes temas associados à profissão e receberá os mais expressivos nomes do cenário nacional e internacional da contabilidade e da auditoria.

A 3ª Conferência do Ibracon será aberta pelos presidentes do Ibracon, Eduardo Pocetti, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro.

Veja a seguir a programação completa da Conferência.



11 de junho

8h30

Aplicação Prática das IFRS

Amaro Luiz de Oliveira Gomes - Membro do IASB
Verônica Souto Maior - Vice-Presidente Técnica do CFC
Paulo Roberto Gonçalves Ferreira - Gerente de Normas Contábeis da CVM
Coordenador: Idésio da Silva Coelho

10h - Intervalo para café

10h30

Educação Profissional Continuada

Ana Tércia Lopes Rodrigues - Coordenadora de Educação Profissional Continuada do CFC

11h

Pontos relevantes da Aplicação da NBC TG 1000 pelas Pequenas e Médias Empresas (PME)

Fábio Moraes da Costa - Professor Fucape
Angela Alonso - Membro do GT FAPMP do Ibracon
Demétrio Cokinos - Membro do GT FAPMP do Ibracon
Coordenador: Adriano Legnari Faria

12h30 - Intervalo para almoço

14h

Relatório Integrado

Sandra Guerra - Presidente do IBGC e Membro do Conselho do IIRC
Vânia Borgerth - Assessora da Presidência do BNDES
Coordenador: Carlos Sousa

15h

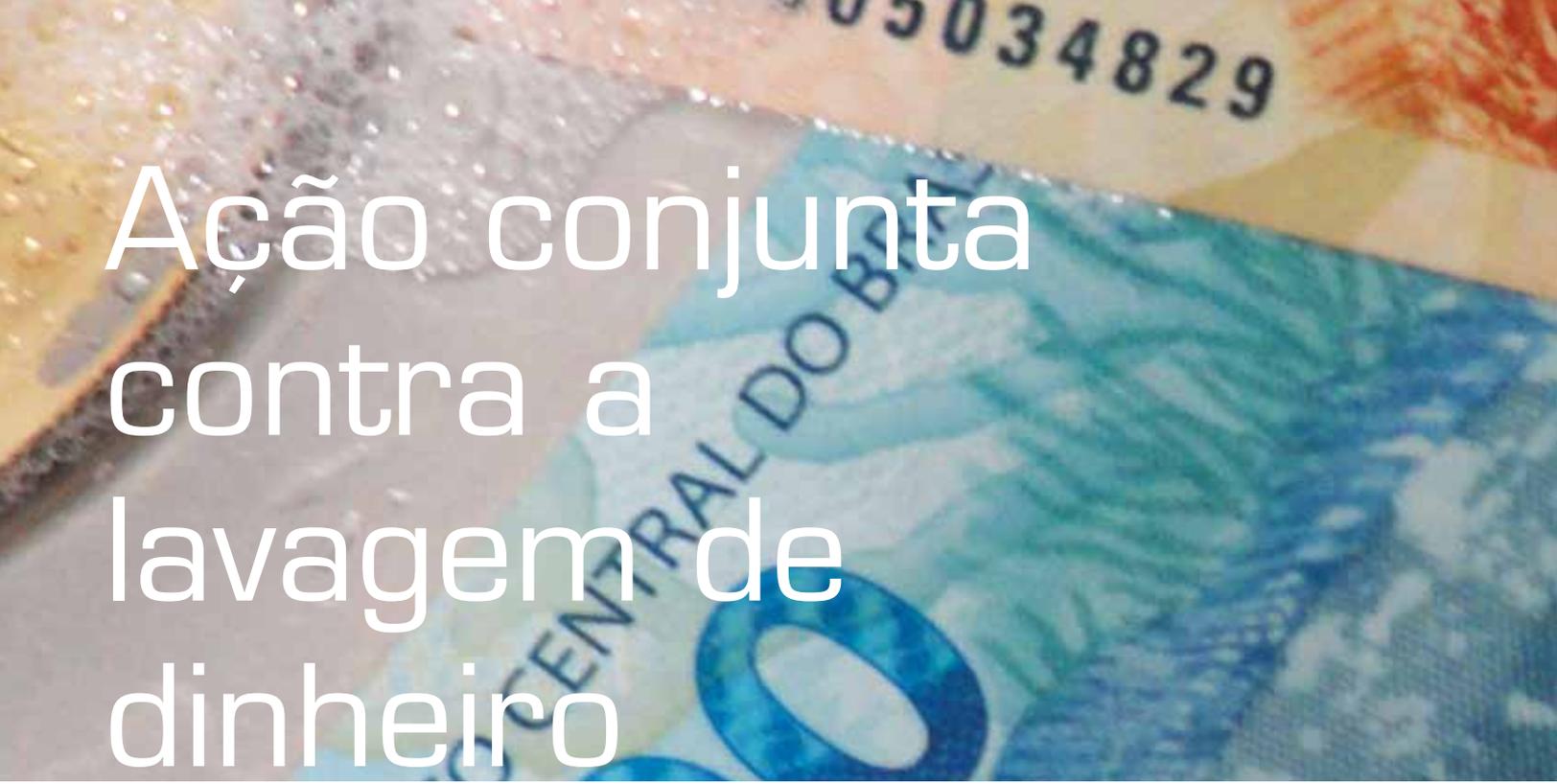
Painel: Processo de Supervisão dos Auditores

Rogério Rokembach - Coordenador do CRE-CFC
Madson Gusmão Vasconcelos - Gerente de Normas de Auditoria da CVM
Carlos Sousa - Diretor do Ibracon
Coordenador: Eduardo Pocetti

16h30

Encerramento





Ação conjunta contra a lavagem de dinheiro

Quanto maior a inserção brasileira no cenário internacional, globalizado, maiores são as possibilidades de o País se tornar alvo de crimes de lavagem de dinheiro, inclusive por parte de esquemas internacionais. A crescente preocupação com esse tipo de ilícitos está por trás de diferentes iniciativas governamentais e de entidades atentas aos riscos de se verem associadas, inadvertidamente, a operações que possam configurar crime de lavagem de dinheiro.

Por conta desses cuidados, em julho do ano passado, o Brasil deu um novo passo para se alinhar às normas de prevenção que vêm sendo adotadas em diversos países. Na ocasião, foi promulgada a Lei nº 12.683/12, que expandiu o número de situações que podem ser enquadradas como crimes de lavagem de dinheiro e tornou mais pesadas as multas.

Outra alteração promovida pelo documento legal foi a inclusão de pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviços de assessoria, consultoria, contadoria, auditoria e assistência na lista de profissionais que devem informar as movimentações julgadas suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Esse é o pano de fundo para o painel *Lei de Prevenção a*

Crimes de Lavagem de Dinheiro e a Responsabilidade do Profissional de Contabilidade, que encerrará o primeiro dia da 3ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon.

O painel será coordenado por Cláudio Gonçalo Longo, do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, com a participação de César Almeida, coordenador-geral de Supervisão do Coaf; Guilherme Tostes, vice-presidente da Região Sudeste da Federação Nacional das Empresas de Contabilidade e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon); Enory Luiz Spinelli, vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Ibracon.

“A atuação do CFC, do Ibracon e da Fenacon merece destaque. Elas foram as primeiras entidades a nos procurar após a edição da lei. Isso mostra que as entidades enxergaram nesse trabalho uma oportunidade de reconhecimento e revalidação da importância da profissão do contador e do auditor para a sociedade. E uma oportunidade também de ajudar o País a dificultar a vida das pessoas cujos negócios trazem muito mais malefícios que benefícios à nação”, destaca César Almeida.

Ibracon, Fenacon e CFC lideram processo de regulamentação da nova lei



Logo após a promulgação da lei, o CFC, a Fenacon e o Ibracon formaram uma comissão para discutir o teor da legislação. Ao longo do processo de análise, a comissão entendeu que a classe deveria chamar a si a responsabilidade pela regulamentação exigida pela lei, de modo a atender a legislação sem perder de vista as particularidades dos diferentes trabalhos

realizados pelos contadores, que variam desde a escrituração e elaboração de demonstrações contábeis, prestação de assessoria até a execução de auditoria independente.

"Entendemos que era uma oportunidade de auditores e contadores demonstrarem a importância da profissão para a sociedade", recorda o presidente do

Ibracon, Eduardo Pocetti.

"Apesar de termos sido pegos de surpresa com a inclusão de contadores e auditores na lei, nossa mobilização se deu no sentido de colaborar.

Entendemos que fazer a nossa própria regulamentação, como entidade reguladora que somos, seria o melhor caminho", conta Enory Luiz Spinelli,

“Atuação conjunta mostra que as entidades viram a oportunidade de revalidar a importância da profissão”



César Almeida

vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Por sua vez, Cláudio Longo lembra “que a norma de controle de qualidade (NBC PA 01) aprovada pelo CFC requer que as firmas que prestem serviços de asseguração ou correlatos implantem políticas e procedimentos para a aceitação e continuidade do

relacionamento com clientes e de trabalhos específicos”.

Lembra também que “essas políticas preventivas incluem, entre outros aspectos, a análise da integridade da administração da entidade que está contratando o serviço exatamente para evitar que o nome da firma de auditoria seja associado com entidades que possam trazer riscos que afetem a reputação da firma de auditoria”.

A Lei 12.683/12 requer algumas adaptações nessas políticas e o Ibracon deve emitir orientações específicas sobre o assunto.

“A classe contábil viu na lei uma oportunidade de expor a sua imagem enquanto categoria interessada no futuro do Brasil, na preservação de valores e na defesa de práticas idôneas”, diz Guilherme Tostes, da Fenacon.



Marco Aurelio Fuchida



Cláudio Longo



Guilherme Tostes

Proteção aos profissionais e aos clientes



Eduardo Pocetti

"Nossa preocupação era preservar a segurança dos bons profissionais, que trabalham de maneira correta, mas, mesmo de boa fé, poderiam vir a ser implicados em transações que o Coaf julgasse ilícitas", explica Eduardo Pocetti. A atuação conjunta das três entidades foi norteada pelo objetivo de elaborar a melhor regulamentação possível, que atendesse aos preceitos da lei e, ao mesmo tempo, protegesse os profissionais e evitasse prejuízos aos clientes.

"O Ibracon destacou, na elaboração da minuta da regulamentação, a necessidade de um tratamento diferenciado para auditores independentes, pois os profissionais trabalham com amostragem e não com a totalidade das informações dos clientes", explica Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Ibracon.

Marco Aurelio destaca, ainda, que a classe pode ajudar no combate ao crime de lavagem de dinheiro, sem ferir as prerrogativas profissionais. "A Comissão traçou uma linha de trabalho que teve início com o estudo da nova legislação, de modo a entendermos o alcance da lei. Paralelamente, tivemos uma reunião com o Coaf, para esclarecer o que era esperado dos auditores e contadores. A partir daí passamos à redação da minuta de regulamentação apresentada pelo CFC", afirma.

"Tínhamos dois caminhos. Ou o sistema contábil faria uma resolução regulamentando ou seguiríamos o texto da Resolução nº 24, editada pelo Coaf para as categorias profissionais que não tomassem a iniciativa de elaborar a própria regulamentação. Entendemos melhor fazer a nossa regulamentação", conta Guilherme Tostes.

Resolução do CFC preserva os interesses de contadores e auditores independentes

"O assunto foi muito bem tratado em conjunto pelas três entidades e junto ao Coaf, de modo que, sem dúvida, chegamos ao melhor resultado possível", avalia Spinelli. Ele adianta que a regulamentação vai manter a Declaração de Comprovação de Rendimentos (Decore).



Sigilo preservado

Na opinião de Spinelli, é importante ressaltar aos profissionais que as informações enviadas ao Coaf serão tratadas de forma sigilosa e não terão caráter de denúncia. "Ademais, se analisarmos os procedimentos que as firmas de auditoria já adotam, talvez venhamos a concluir que as práticas são tão ou mais exigentes do que a nova lei. Os procedimentos já são bastante rigorosos", diz. Para ele, "é imperiosa a leitura da lei de regência da profissão, artigo 27, D.L. 9.295/46, que trata das penalidades".

Na avaliação de César Almeida, coordenador-geral de Supervisão do Coaf, a minuta produzida pelo CFC está bastante adequada. "O foco é o profissional. A legislação e a regulamentação do CFC pretendem ajudar os profissionais a não correrem riscos desnecessários. A resolução do CFC prevê meios para que os profissionais e as empresas possam se proteger, de modo a não serem usadas por quem quer lavar dinheiro, por esquemas ilícitos. Essa possibilidade existe e é muito real. Prestando um serviço de boa fé, o profissional pode, sem saber, estar tratando com pessoas de má fé. Se eventualmente isso acontecer, a regulamentação deixará esse profissional em melhores condições de se colocar como terceiro de boa fé, de modo a não ser considerado cúmplice", afirma.

Quanto ao destino das informações inseridas no sistema, Almeida explica que, dificilmente, uma comunicação isolada levará a um relatório de inteligência financeira. Ela se somará a outras informações já disponíveis nos diferentes sistemas e bases de dados, públicos ou não.

"A abertura de investigação depende do cruzamento de dados de diversas fontes, desde bancos e seguradoras até informações de negociações com imóveis e da polícia. Podemos recorrer mesmo aos Coafs de outros países, quando houver indícios de irregularidades em operações transnacionais. Apenas com base em um quadro de diferentes indícios se toma a decisão de encaminhar um caso às autoridades", explica.

Foco é o profissional, que agora pode se proteger e evitar riscos desnecessários

O coordenador-geral de Supervisão do Coaf também garante que, no encaminhamento desse relatório, o Coaf evita expor o comunicante. "A rede de agentes do Estado e de instituições estatais que participam do sistema entende que a questão-chave não é quem informou mas a informação contida no comunicado", afirma.

Sobre o lado prático da questão, Almeida explica que as empresas se cadastrarão no Siscoaf, um sistema desenhado pelo Coaf e desenvolvido pelo Serpro, o que confere um reconhecido padrão de segurança, idêntico ao já utilizado nos sistemas da Receita Federal, a exemplo do Imposto de Renda e do Sped.

Má fé

Um dos exemplos mais comuns de ilícitos nos quais contadores, auditores e advogados acabam sendo envolvidos é a lavagem de dinheiro pela criação de empresas de fachada. "São criadas estruturas societárias empresariais muito complexas, nas quais uma empresa pertence a outras duas organizações que, por sua vez, pertencem a outras. O objetivo é dificultar a identificação da pessoa física acobertada pela estrutura toda. E tem-se empresas fazendo negócios umas com as outras, dentro do mesmo grupo. São simplesmente formas de dificultar o rastreamento do dinheiro, que vai passando de

uma conta para outra. Da contabilidade de uma para outra. A análise dos contratos por trás desses negócios mostra que são todos muito semelhantes. Esse tipo de estrutura desnecessariamente complexa é comum em esquemas de lavagem de dinheiro", conclui o coordenador-geral de Supervisão do Coaf. ✓



A crise do euro e a contabilidade pública

Presidente da Ifac, Warren Allen, enfatiza importância das IPSAS

A Federação Internacional de Contabilidade (Ifac) se fortalece como uma voz global da profissão, elevando sua influência nas políticas públicas e na regulação do mercado, em resposta às demandas dos governos e dos organismos membros. E o Brasil e o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil desempenham um papel relevante nesse posicionamento da entidade.

“Gostaria de registrar meu apreço pelo Ibracon, por seus esforços contínuos para apoiar a Ifac, especialmente na adoção dos padrões globais. O Brasil conquistou reconhecimento como líder regional pelos exemplos que deu na adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), de auditoria (ISA) e para o setor público (IPSAS)”, elogia Warren Allen, o novo presidente da Ifac, empossado em janeiro.

“O Brasil foi o primeiro país da região a estabelecer um exame obrigatório de certificação para os contadores”, acrescenta, deixando uma mensagem para os participantes da 3ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria do Ibracon: “Vamos continuar a parceria com o Brasil para fortalecer a profissão, enfrentar os desafios, criar oportunidades e reforçar o papel da contabilidade e da auditoria, na região e no mundo”.



O presidente afirma que pretende reforçar a capacitação profissional, especialmente nos países emergentes, visando a solidificar a infraestrutura financeira e apoiar o desenvolvimento econômico pela implementação de padrões contábeis robustos.

“Manteremos nossos esforços para fortalecer organizações como o Ibracon, que dão suporte à emissão de relatórios financeiros de alta qualidade, o que não apenas atrai investimentos estrangeiros diretos, como também promove

o crescimento e desenvolvimento das pequenas e médias empresas, aumentando a transparência e a responsabilidade na utilização dos recursos públicos”, acrescenta Allen.

Sobre a recuperação pós-crise dos países desenvolvidos, Allen lembra que a Ifac apresentou recomendações ao G-20 e a outras organizações sobre questões-chave para a promoção da estabilidade financeira internacional e o crescimento

econômico, incluindo a necessidade de reformas na gestão das finanças públicas.

“A Ifac enfatiza há muito tempo que um caminho fundamental para proteger o interesse público é desenvolver, promover e executar um conjunto de normas internacionais de relatórios financeiros de alta qualidade para o setor público”, disse. Leia a seguir alguns destaques da entrevista:

O plano estratégico da Ifac

“A Ifac tem várias prioridades. Vamos continuar trabalhando para responder rapidamente e de forma proativa às preocupações da sociedade, elaborando normas que contemplem as necessidades dos mercados.

Devemos também reforçar nossa atuação junto a órgãos e empresas públicas, para promover a gestão adequada das finanças governamentais e a adoção das normas internacionais de contabilidade do setor público (IPSAS). Podemos ver, em muitas nações, as consequências da crise da dívida soberana em curso, que incluem agitação social, perda de controle democrático, incapacidade de cumprir os compromissos fiscais atuais e futuros, colapso econômico e desemprego crônico dos jovens. No ambiente de negócios globalizado, uma crise raramente pode ser contida pelas fronteiras nacionais, disseminando-se rapidamente, dada a interdependência das economias e dos mercados de capitais. Isso evidencia a necessidade da adequada gestão financeira do setor público.”

As IPSAS e a crise do euro

“Desde 2007, a Ifac expressa sua preocupação com o fato de as normas e regulamentações que regem as emissões soberanas dos países não apresentarem qualidade suficiente para proteger os investidores e assegurar a estabilidade dos mercados de capitais. Infelizmente, nossos avisos não foram ouvidos, razão pela qual alertamos o G-20, a Comunidade Europeia, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outras organizações globais sobre a necessidade de reformar a gestão das finanças públicas.

Aprendemos lições muito importantes com a crise da dívida soberana na Zona do Euro. Uma delas é que a profissão contábil tem, claramente, um papel a desempenhar para ajudar os governos a melhorar a transparência, a consistência e a qualidade das comunicações.

Como contador, acho incongruente que entidades do setor público não

tenham demonstrações financeiras elaboradas de acordo com padrões aceitáveis, como as IPSAS. Não consigo imaginar uma entidade de interesse público sem balanço e com registros incompletos de suas responsabilidades, compromissos ou contingências.

Devemos trabalhar como parceiros dos governos para implementar os arranjos institucionais necessários para aumentar a transparência na gestão financeira do setor público e na prestação de contas.

Relatórios financeiros consistentes e de qualidade são a base para melhorar a comparabilidade. E, mais importante ainda, os padrões das IPSAS são essenciais para uma maior estabilidade financeira. Muitas entidades públicas são maiores do que as congêneres do setor privado, particularmente em relação à atividade nos mercados de capitais globais.”

Eventos

"O Professional Accountants in Business (PAIB) Committee realizará um grande evento na China, em 16 de outubro. Ainda não temos muitos detalhes para divulgar, mas, tradicionalmente, esses encontros tratam de temas como gestão de riscos e controles internos, relatórios de negócios, comunicação integrada, sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

No próximo ano, a Ifac participa do Congresso Mundial de Contadores, de 10 a 13 de novembro, em Roma, na Itália, que deverá reunir mais de quatro mil profissionais de todo o mundo. O evento tem como tema *Visão 2020: aprendendo com o passado, construindo o futuro.*"



Pequenas de médias

"Uma das principais atividades do Small and Medium Practices (SMP) Committee é a Enquete Rápida, que captura um instantâneo das principais questões que afetam o segmento. A pesquisa garante aos profissionais que operam em pequenas e médias empresas de todo o mundo a oportunidade de partilhar os seus conhecimentos sobre as principais tendências e desenvolvimentos percebidos pelas PME às quais prestam serviços.

A PMEs são o motor de muitas economias, por isso o Comitê

SMP representa os interesses dos profissionais que trabalham com essas empresas, desenvolvendo orientações e ferramentas para auxiliá-las e suprir suas necessidades.

Os contadores e auditores têm grandes responsabilidades junto às PMEs. Eles apoiam essas organizações em uma ampla gama de trabalhos, incluindo liderança e gestão, apoio operacional, controle de gestão e contabilidade e comunicações das partes interessadas."

Atividades

"Em janeiro, o Audit and Assurance Standards Board (laasb) colocou em consulta pública o documento *A Framework for Audit Quality (Estrutura para a Qualidade da Auditoria)*.

Também em janeiro, o International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) divulgou os primeiros quatro capítulos do documento *Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities (Estrutura Conceitual para Uso Geral dos Relatórios Financeiros de Entidades do Setor Público)*. Isso representa um marco para a definição das normas contábeis globais para o setor público." ✓

Discurso uniforme

Relatórios integrados vão harmonizar os reportes de sustentabilidade e as informações financeiras

Uma ação simultânea em dez países lançou, em meados de abril, a proposta do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) para estabelecer uma norma internacional destinada a integrar as informações das áreas de sustentabilidade, responsabilidade social e governança corporativa às demonstrações contábil-financeiras das empresas.

O modelo de relatório integrado sugerido pelo IIRC foi apresentado ao Brasil em uma solenidade na BM&FBovespa, acompanhando a divulgação feita na África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Índia, Japão e Reino Unido. Até o dia 15 de julho, o IIRC recebe sugestões e críticas, que serão discutidas ao longo do segundo semestre. A meta é que o mercado passe a utilizar a nova norma a partir de 2014. A consulta pública está no site <http://www.theiirc.org/consultationdraft2013/>.

O IIRC também promove um programa-piloto, no qual cerca de 90 empresas do mundo inteiro já utilizam o relatório integrado para, com sua experiência, contribuir para garantir que o modelo seja viável. Alguns dos integrantes do grupo são Nestlé, Tata Industries, Microsoft, Deutsche Bank e HSBC Londres.

No Brasil, fazem parte do projeto-piloto a AES Brasil, Natura, Via Gutenberg Consultoria, CCR, Petrobrás e BNDES, que centraliza os debates por meio da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado. Também participam da comissão algumas firmas de auditoria e as entidades reguladoras e representativas, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central, o Conselho Federal da Contabilidade (CFC), a BM&FBovespa e o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Ibracon participa da comissão brasileira que centraliza o debate promovido pelo IIRC

“Os relatórios integrados vão estabelecer uma plataforma única para garantir a consistência da informação apresentada pelas empresas, não importando o tipo de relatório”, explica Vânia Borgerth, assessora da Presidência do BNDES para transparência de mercado. Segundo ela, o objetivo é evitar, por exemplo, a divulgação de informações inconsistentes no relatório financeiro e no reporte de sustentabilidade. “A meta é fazer com que as informações, sejam elas de governança



Vânia Borgerth

corporativa, sustentabilidade ou responsabilidade social, estejam consistentes com o que é apresentado também na parte contábil e financeira. Acreditamos que isso vai melhorar a transparência das empresas e teremos dados de melhor qualidade para o mercado tomar decisões", avalia.



Nelson Carvalho

Segundo Nelson Carvalho, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA-USP) e membro do Conselho Internacional do IIRC, "os relatórios integrados dizem muito mais sobre a proposta de criação de valor, formação e distribuição de riqueza aos acionistas

do que meramente os relatórios contábil-financeiros convencionais". Os envolvidos nos debates em torno dos relatórios integrados são unânimes ao afirmar que as empresas terão como um dos principais desafios a necessidade de se adaptar a uma nova realidade cultural.

Mais transparência para os investidores

Para assegurar que haverá um discurso uniforme nas informações apresentadas ao mercado, não será mais possível manter estruturas em que o relatório financeiro é elaborado pela contabilidade, enquanto o de sustentabilidade é produzido pelo marketing e o de responsabilidade social, pela área de Recursos Humanos, por exemplo. A partir da integração dos relatórios, o trabalho deverá envolver todas as unidades das corporações de forma mais coordenada.

"A atividade de reportar não pode mais estar restrita a alguns departamentos. Tem de ser um trabalho corporativo. As unidades precisam conversar internamente, antes de falar para fora. Isso garante uma uniformidade de discurso para o mercado e, mesmo, dentro das empresas. A proposta do

IIRC também prevê relatórios mais enxutos e mais objetivos, com dados que efetivamente façam diferença na hora da tomada de decisão por parte do mercado", analisa Vânia.

"A grande mudança está no direcionamento da prestação de contas e da transparência. O IIRC está empenhado em desenvolver um relatório integrado que atenda às necessidades do investidor, que precisa de informações concisas e confiáveis", esclarece Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon.

Mas ele acrescenta que, certamente, esse processo vai gerar informações de interesse para outras partes, incluindo a sociedade de uma forma geral. "Outros relatórios coexistirão, na medida em que existem partes interessadas

específicas. Logo, as demonstrações contábeis devem continuar a existir na forma como as conhecemos, inclusive para cumprir aspectos societários", conclui o diretor do Ibracon.

A uniformidade do discurso também é um dos aspectos destacados pelo professor Nelson Carvalho, da FEA-USP. "De fato, a principal mudança é conceitual. Os diversos relatórios que já existem passarão a relatar a mesma mensagem. Hoje, muitos deles apresentam mensagens conflitantes. Em alguns, a empresa é apresentada como a oitava maravilha da natureza, mas, em outros documentos corporativos, as provisões de contingências mostram que a realidade é outra. Qual a verdadeira empresa: a extraordinária ou a 'punida' com multas e processos?"

Asseguração independente

A credibilidade das informações apresentadas nos relatórios integrados é outro ponto-chave muito discutido. Há casos em que os documentos que apresentam dados de sustentabilidade ambiental e social são alvo de críticas do mercado, que os considera peças de marketing institucional. Com a integração dos reportes, as informações apresentadas deverão "dialogar" com as demonstrações contábeis.

"Hoje, falar de relatórios de sustentabilidade ou responsabilidade social não é mais novidade. O problema é que nem todas as empresas produzem esses relatórios com o propósito de se comunicar com o

mercado. Às vezes, é escandaloso ver até que ponto as informações não condizem com a realidade. Então, buscamos criar uma plataforma de relatório integrado que garanta um mínimo de condições para que os auditores possam assegurar as informações. A credibilidade dos relatórios integrados só pode ser alcançada se conseguirmos êxito na meta de torná-los passíveis de ser auditados", esclarece Vânia Borgerth, do BNDES.

Tanto ela quanto o professor Nelson Carvalho ressaltam a importância da participação das grandes empresas de auditoria no debate. "É fundamental o envolvimento de auditores no processo

de *assurance* desses relatórios, para que não sejam nem peças amadorísticas, nem peças exclusivas de marketing. Alguém independente deve dizer se 'aquilo é aquilo mesmo', o que falta e o que sobra", enfatiza Carvalho.

Idésio Coelho também aponta como um desafio a determinação de uma plataforma única para preparação dos relatórios e uma metodologia para a condução de trabalhos de auditoria, notadamente a auditoria de dados não-financeiros. "Outros desafios incluem a capacitação dos preparadores e usuários e metodologias para avaliação de ativos intangíveis, explicitando aspectos sociais e ambientais", conclui.



Idésio Coelho

Meta é atender às necessidades do mercado, que precisa de informações concisas e uniformes

Nelson Carvalho concorda que os jargões e formatos específicos de cada área continuarão a existir, mas o relatório integrado traz a grande vantagem de não permitir a apresentação de informações conflitantes. Ele ainda enfatiza que o IIRC não possui um modelo para os relatórios integrados – um dos principais itens da discussão aberta até o dia 15 de julho –, mas as organizações devem respeitar os seis princípios básicos fundamentais, chamados de “capitais”: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e natural.

“Antes de aprimorar os relatórios integrados, temos de fazê-los ‘nascer’. Ainda não existem como tais. Aprimorar será uma tarefa para o futuro, quando os primeiros documentos vierem a público, provavelmente em 2015”, afirma o professor.

Sustentabilidade e negócios

Outro passo à frente no debate sobre o relatório de informações de sustentabilidade das empresas está na pauta das discussões do Global Reporting Initiative (GRI), responsável pelo modelo mais conhecido e utilizado para este tipo de documento. A organização está estreando a nova versão do relatório GRI, a G4, que amplia o número de indicadores que deverão constar nos relatórios.

Segundo Idésio Coelho, o GRI tem buscado sinergia com o IIRC, de forma a harmonizar a linguagem e fortalecer frentes de trabalho. “Os indicadores GRI e a própria estrutura de relatório

são muito importantes para avançar no modelo do relatório integrado”, avalia o diretor do Ibracon.

Ele explica que a versão G4 do GRI tem uma estrutura que demanda mais das organizações, porque traz a visão da cadeia de valor, respectivos impactos socioambientais atrelados e formas de gestão mais abrangentes, “o que é um passo importante no avanço de desempenho socioambiental e de governança alinhado aos impactos das cadeias produtivas de diversos setores da economia global”. ✓



O futuro começa agora

Abrir sociedade ajuda a renovar a liderança e atrair talentos

Do ponto de vista da perpetuidade dos negócios, o futuro de uma empresa familiar – qualquer que seja seu porte – depende em grande parte de como seus proprietários lidam com um problema crucial: a sucessão. Isso não é menos verdade no que diz respeito às firmas de auditoria de pequeno e médio portes (FAPMP).

De maneira geral, a sucessão se dá pelo modelo familiar: um ou mais filhos são preparados para assumir os negócios quando o fundador se afastar. A questão é que a maioria dessas empresas não planeja a sucessão, que acaba se dando de maneira traumática, com a morte do líder. Outro complicador é que o talento não é hereditário.

Outro modelo sucessório, no entanto, ganha espaço no mercado. Há muito adotado pelos escritórios de advocacia, ele envolve a abertura de sociedade ou associação com outras firmas do mesmo ramo de atividade. Mas é bom ressaltar que esse modelo também exige um bom planejamento.

"Todo empresário sonha em deixar o negócio para seus sucessores, mas é preciso avaliar as competências", diz Carlos Biedermann, vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Para ele, além de boa formação, o sucessor deve ter experiência no negócio.

Biedermann exemplifica citando a sucessão nas empresas de grande porte. Dificilmente há crise de sucessão nas firmas de auditorias maiores. "Há um preparo já enraizado. As definições já estão bem claras e registradas. A aposentadoria aos 60 ou 65 anos, adotada para quem quer que seja, é um exemplo disso", afirma.

Para ele, o melhor caminho é abrir sociedade, para dar espaço ao crescimento de novos talentos. "Não há como uma empresa não abrir sociedade atualmente. O objetivo de todas deve ser a abertura para novos sócios, caso contrário o crescimento é muito limitado e o negócio pode até se extinguir com o tempo, ser engolido pelos outros", explica.

Quanto ao receio, justificado, de perder o controle do negócio ao abrir a empresa para novos sócios, ele defende a criação de estruturas preventivas e de regras para orientar a administração da empresa. "A boa governança exige a definição de modelos para as mais variadas situações, inclusive a aposentadoria do presidente", afirma.

Biedermann não tem dúvida sobre o melhor momento para o início do planejamento da sucessão: "Ontem!". Para aqueles que têm dúvidas de como proceder, o diretor sugere a leitura do Código das Melhores Práticas, do IBGC.



Papel estratégico

"Todo fundador acha que a empresa é uma extensão de si mesmo e, de alguma forma, perpetuá-la seria como se manter vivo", analisa Domingos Ricca, presidente da Ricca Associados. Nessas empresas, a palavra do dono tem um peso muito grande, até mesmo para os clientes. Por isso, a demora e indefinição na escolha do sucessor pode ser bastante prejudicial. Para ele, o ideal é planejar uma sucessão gradual, com o

fundador ainda vivo. "A empresa precisa ter tempo para atrair profissionais qualificados", destaca.

Sobre o medo de abrir sociedade e ser retirado compulsoriamente da empresa, Ricca concorda em que não é um sentimento totalmente infundado. Mas é categórico ao destacar que há uma forma simples de evitar isso: "Basta deixar tudo bem claro no contrato", diz. Para ele, a saída do comando não implica em abandono do negócio. "O dono simplesmente deixa o operacional, o dia a dia. E passa a contribuir na definição da estratégia da empresa. Ou se torna um conselheiro, fato bastante positivo para os negócios", afirma.

Mário Nogueira, sócio e atual gestor do escritório Demarest Advogados, endossa a opinião de que abrir sociedade pode ser muito benéfico. "O dono de uma empresa tenta fazer bem o que sabe fazer, mas não sabe fazer tudo. Aquele presidente que sempre teve o domínio

total das decisões pode encontrar no novo sócio alguns contrapontos à sua visão de negócios que fazem com que ele se reavalie de maneira saudável. Parar para pensar e rever conceitos é, sem dúvida, sempre positivo", afirma Nogueira, que usa o próprio cotidiano como exemplo.

"Eu não sou o gestor, eu estou gestor (há eleição) e, ao mesmo tempo, sou sócio do escritório. Em outras palavras: sou sócio, mas sou também 'peão'. Sou cobrado como gestor, mas também cobro resultados como sócio. Isso complica um pouco porque, no fundo, não há uma hierarquia muito clara. As decisões no escritório são tomadas por um conselho, formado por cinco sócios e pelo gestor profissional, de fora da empresa. Há visões divergentes, mas a grande vantagem é que as decisões são consensuais. Nada é imposto, como acontece muitas vezes em uma empresa gerida por apenas uma pessoa".



IBGC/Divulgação

Carlos Biedermann



Domingos Ricca

Uma estratégia para criar mecanismos que levem, gradativamente, a uma estrutura de sucessão é desenvolver novos talentos, a partir da contratação e investimento na qualificação de estagiários. Além de moldar o executivo de acordo com o perfil da empresa, esse processo facilita a identificação de futuros líderes.

"O sócio mais antigo ainda em atividade no Demarest tem 64 anos e entrou como estagiário", exemplifica. A governança corporativa implementada no escritório inclui a aposentadoria compulsória dos sócios aos 65 anos de idade. "Sempre brinco que, aqui, todos temos data de validade", diz Nogueira.

Segundo ele, pensando na perenidade da banca, cada sócio tem a obrigação de preparar um substituto. "Cada sócio é uma espécie de 'mentor'. Os estagiários acompanham de perto nossas decisões e são incentivados a argumentar e seguir um programa de educação continuada. Quem for sentar na cadeira que eu ocupo hoje tem, obrigatoriamente, de ser melhor e mais preparado que eu. É assim que o escritório continua a crescer e sobreviveu todos esses anos", afirma.

Nogueira conta que a tradição brasileira mandava que cada advogado tivesse a sua própria banca e, quando o profissional falecia, a empresa morria com ele. Hoje, o conceito fundamental é

Principais erros

- realizar um planejamento sucessório superficial, procurando atender mais a exigências do mercado do que as reais necessidades da empresa;
- delegar autoridade excessiva a consultores especializados, não comprometendo o CA, e o próprio presidente em exercício, com o processo sucessório;
- definir um perfil para o novo executivo principal (CEO) dissociado das realidades interna e externa da companhia e de seus planos de negócio, de médio e longo prazos;
- avaliar, equivocadamente, o real interesse e motivações dos candidatos à sucessão;
- desconsiderar opções externas, com receio de que a medida seja interpretada como uma falha do processo interno de sucessão;
- deixar de avaliar o impacto da escolha de um determinado candidato sobre a empresa e demais partes interessadas (*stakeholders*);
- negligenciar a retenção dos candidatos preteridos, perdendo-os para o mercado, situação especialmente séria, em se tratando de profissionais-chave para a organização;

O sucessor ideal

- independentemente da condição de parentesco com os sócios-líderes, o sucessor deve demonstrar capacidade profissional;
- deve ter formação técnica adequada para a área de atuação;
- a gestão de uma empresa de auditoria requer todas as qualificações para gerenciar qualquer negócio;
- o bom convívio com pessoas dentro da empresa e no mercado é fundamental;
- ter experiência internacional e vivência fora do Brasil, seja acadêmica ou profissional.



Sócios criam contrapontos positivos à visão única do dono

que o escritório deve sobreviver, mesmo na falta do fundador. Outro princípio da Demarest é manter um padrão de qualidade, de modo que os clientes sejam bem atendidos por qualquer profissional da banca. "O escritório não depende mais de um único advogado".



Mário Nogueira

Sugestões para uma sucessão vitoriosa

Leia a seguir um breve passo a passo para dar início ao planejamento sucessório, elaborado a partir de estudos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que podem ser lidos na íntegra no site www.ibgc.org.br.

Conselho de administração

Seja uma empresa fechada (sem sócios) ou não, a criação de um Conselho de Administração (CA) é essencial. A responsabilidade pelo processo sucessório é do CA. A contratação de um gestor externo, profissional, é aconselhável para garantir que as decisões sejam mais profissionais e menos pessoais.

Definição de regras

É preciso colocar tudo no papel, desde a aposentadoria do presidente às regras básicas de desligamento de pessoal. O

que está previsto evita conflitos. Os critérios para seleção do novo diretor-presidente, bem como dos demais executivos em posições-chave da companhia, devem ser determinados, detalhados e aprovados, de preferência, por unanimidade, pelo CA, iniciando-se pela definição do perfil do candidato ideal. O diretor-presidente sucedido pode ser convidado a permanecer na empresa por determinado período de tempo, em uma posição consultiva.

Iniciar o processo de sucessão

O CA deve rever, regularmente, o grau de compatibilização entre as qualificações demandadas pela organização e as competências do atual diretor-presidente, mesmo quando a sucessão não é iminente. O tema da sucessão deve ser discutido, em profundidade, pelo menos uma vez ao ano. ✓



pingos e respingos

Normas internacionais

O Ibracon sediou um encontro técnico organizado pelo International Accounting Standards Board (Iasb), em associação com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Fundação de Apoio ao CPC (FACPC). O evento discutiu as Normas Internacionais de Informação Financeira em Reconhecimento de Receitas e Operações de Leasing. Patrina Buchanan, Technical Principal no Iasb, falou sobre leasing, e Allison McNannus, Senior Technical Manager no Iasb, tratou do Reconhecimento de Receitas decorrentes de Contratos com Clientes.



Edison Arisa, Patrina Buchanan, Haroldo Levy, Allison McNannus e Idésio Coelho

Contas aprovadas

A Assembleia Geral Nacional Ordinária do Ibracon aprovou as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. O presidente Eduardo Pocetti agradeceu a confiança dos associados no primeiro ano de sua gestão. E afirmou que dará continuidade às ações de fortalecimento da profissão e do Instituto. A ex-presidente Ana Maria Elorrieta elogiou o Relatório de Gestão 2012, entregue na assembleia. E destacou os avanços do Ibracon nos últimos anos.

Asseguração independente

O *workshop* Responsabilidade Socioambiental (RSA) do Sistema Financeiro Nacional, realizado em março na sede do Banco Central, reuniu os participantes do processo de Audiência Pública 41/2012. O encontro tratou da minuta do ato normativo que obriga as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central a elaborar RSAs, que deverão ser objeto de asseguração por auditor independente. Cláudio Longo, coordenador do Comitê de Normas Técnicas (CNA) do Ibracon, participou do evento, ao lado de Meire Ferreira, especialista no assunto.

Pregão eletrônico

As dificuldades criadas pelo uso do pregão eletrônico para a contratação de auditores e a importância da auditoria independente para órgãos e autarquias da administração pública foram os dois temas que dominaram a reunião entre o presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), João Augusto Ribeiro Nardes. "O TCU está de portas abertas ao Ibracon e essa interação será proveitosa para o Tribunal", declarou Nardes.



Eduardo Pocetti e João Augusto Nardes

Momento da auditoria

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, falou sobre *O momento da Auditoria Independente e da Contabilidade no Brasil* em palestra realizada na Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat). Ele abordou a estrutura do Instituto, a evolução do setor e os caminhos para o progresso da auditoria independente no Brasil.

Troca de comando

Marcelo Galvão Guerra é o novo presidente da 2ª SR, cuja jurisdição abrange Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Guerra



assume em substituição a Gilberto Bagaiolo Contador. Houve mudanças também na 3ª SR (Rio de Janeiro e Espírito Santo), onde Paulo Buzzi Filho ocupa agora a presidência no lugar de Patrício Marques Roche.

Dia do Contabilista

Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, discursou na festa do Dia do Profissional Contábil, em 25 de abril, realizada pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP). E destacou a importância da campanha 2013, o Ano da Contabilidade no Brasil, promovida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon (à dir. na foto) e Adelino Dias (ao centro), com presidentes das entidades congregateadas

Agenda conjunta com a CVM

Representantes da Diretoria Nacional do Ibracon se reuniram no Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para discutir uma agenda conjunta de atividades. Eles foram recebidos pela diretora do Colegiado, Ana Novaes, e por José Carlos Bezerra e Madson Vasconcelos, respectivamente superintendente e gerente de Normas Contábeis e Auditoria (SNC) da CVM.

"A interação com o órgão regulador é de extrema importância para o auditor e para o mercado em que atuamos", analisa Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon, que foi acompanhado pelos diretores Idésio Coelho (Técnico), Eduardo A. Vasconcelos (Administração e Finanças), Carlos Sousa (Desenvolvimento Profissional) e pelo superintendente Marco Aurelio Fuchida.

Conferência da Fundação IFRS

Idésio da Silva Coelho, diretor Técnico do Ibracon, participou da 2ª Conferência da Fundação IFRS na América Latina, realizada em São Paulo. O evento contou com palestras de Alexandre Tombini, presidente do Banco Central; Hans Hoogervorst, presidente do Iasb; e Pedro Malan, curador representante da América Latina na Fundação IFRS.



José Carlos Bezerra (superintendente da CVM); Idésio Coelho; Amaro Gomes (Iasb); e Julio Ricardo Rodil (Ibracon)

Um recorde atrás do outro

Alegria das empresas do setor de turismo no Brasil é geral, incluindo desde grandes operadoras até pequenos empresários que apostaram neste segmento, por exemplo, transformando suas casas em pousadas para receber turistas. A elevação da renda dos trabalhadores brasileiros e a exposição do País no cenário internacional estão entre os principais fatores que contribuíram para os bons resultados.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), o número de desembarques domésticos saltou mais de 70% em apenas dois anos, passando de 49,5 milhões em 2010 para 84,8 milhões no ano passado. Já para os desembarques internacionais, a elevação foi de quase 60%, com 9,2 milhões de passageiros aterrissando em solo nacional em 2012 ante 5,8 milhões em 2010.

Toda essa movimentação, é claro, também tem efeitos positivos na economia. Os gastos de turistas no Brasil subiram de US\$ 4,3 bilhões em 2010 para US\$ 6,6 bilhões em 2012. "As expectativas para o turismo são extremamente animadoras. A Copa das Confederações, em junho, e a Jornada Mundial da Juventude, em julho, darão início a uma maratona de grandes eventos internacionais", afirma o ministro do Turismo, Gastão Vieira.



Gastão Vieira

Se, em 2012, o País já apresentou recorde histórico dos indicadores do turismo doméstico, os negócios tendem a continuar em alta. O resultado da *Sondagem do Consumidor – Intenção de Viagem*, levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sob encomenda do MTur, aponta que, entre os brasileiros que pretendem viajar até julho, 68,7% preferem destinos nacionais, enquanto 23,3% querem visitar outros países.

Setor comemora resultados positivos e mantém expectativa de crescimento com megaeventos esportivos



João Luiz dos Santos Moreira

Megaeventos

A recepção de turistas estrangeiros, aliás, gera grande expectativa, principalmente com a alta exposição mundial do País. "A Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos serão uma incrível vitrine para o Brasil,

Governo Federal vai investir R\$ 25,3 milhões em qualificação profissional para turismo receptivo

assim como o foram a Rio +20 e os Jogos Militares, sem esquecer o potencial turístico da Jornada da Juventude e da Copa das Confederações, nos próximos meses, e a Convenção Mundial do Rotary Club International, em 2015", afirma João Luiz dos Santos Moreira, presidente da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (CBC&VB).

Apesar de estar à frente de uma instituição voltada para o turismo de negócios e eventos – na liderança do setor, com 30% de participação no mercado doméstico –, Moreira admite que outras modalidades são relevantes para os bons resultados, como o turismo cultural, de sol e praia, o ecoturismo e

o de aventuras, além do turismo rural, náutico e religioso.

Não há dúvidas, porém, de que a Copa do Mundo do ano que vem e os Jogos Olímpicos de 2016 são os grandes destaques do setor. Com o objetivo de colher bons frutos com esses megaeventos, o ministro Vieira assegurou que busca fortalecer parcerias com as administrações municipais.

"Aproveitem a oportunidade que os grandes eventos nos trazem e inovem, executem seus projetos! O Governo Federal e o MTur estão à disposição de vocês. O mundo inteiro vai querer saber que país é esse que aceitou tantos desafios", disse o ministro no

NÚMEROS DO TURISMO EM 2012

84,8 MILHÕES
DE DESEMBARQUES
DOMÉSTICOS
(CRESCIMENTO DE 70%
EM APENAS DOIS ANOS)



9,2 MILHÕES
DE DESEMBARQUES
INTERNACIONAIS
(60% DE EXPANSÃO
SOBRE 2010)



TURISTAS GASTARAM
US\$ 6,6
BILHÕES
NO BRASIL NO ANO
PASSADO

Fonte: Ministério do Turismo (MTur)

Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas – Municípios Fortes, Brasil Sustentável.

O Governo Federal ainda anunciou no início do ano o investimento de R\$ 25,3 milhões em projetos de qualificação para profissionais envolvidos no turismo receptivo, como taxistas, guardas municipais, permissionários de mercados públicos, salva-vidas, policiais, artesãos e até baianas que vendem acarajé.

O setor público também colabora com as empresas de turismo fazendo a articulação para criação de linhas específicas de crédito junto às instituições financeiras. E a iniciativa rendeu novos recordes para o setor: no ano passado, o volume de empréstimos foi de R\$ 11,2 bilhões, o melhor resultado desde 2003, quando o MTur iniciou o contato com as instituições financeiras.

Casa em ordem

Mesmo com uma infinidade de boas notícias, o setor de turismo ainda discute mudanças na legislação e adaptações à nova realidade. O próprio MTur realizou em fevereiro uma consulta pública para reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo, com objetivo de receber sugestões para o desenvolvimento de políticas de turismo para o País.

De acordo com o coordenador geral de Regionalização do MTur, Jun Yamamoto, "a ideia de reestruturação do programa surgiu da necessidade de incorporar novos processos de gestão em sintonia com as medidas de

modernização que vêm sendo adotadas na administração pública".

Diante de tantas novidades, especialistas em contabilidade e auditoria alertam para a necessidade de as empresas do setor de turismo colocarem a casa em ordem e se prepararem para o ciclo de crescimento que já está se desenvolvendo, investindo principalmente no aprimoramento da governança corporativa. Entre as recomendações, estão o planejamento das ações, a revisão de processos de controles e, se necessário, a adoção de novas metodologias mais adequadas às necessidades de cada empresa.

As fragilidades do setor ainda se revelam nas reivindicações de algumas entidades e associações de classe. Moreira, da CBC&VB, argumenta que "a definição e implantação de políticas públicas de estímulo ao segmento de turismo de eventos devem atender às demandas do setor, o que geralmente não ocorre. A pauta deve abordar temas como a desoneração fiscal no custo da mão de obra; desoneração fiscal em impostos federais, estaduais e municipais; regularização da atividade, por exemplo, de montagem e desmontagem de eventos; entre outros assuntos".

A redução da carga tributária e a simplificação de processos também fazem parte das propostas já apresentadas ao Governo Federal por entidades da rede hoteleira, como o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb), a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) e a Resorts Brasil. ✓



PANORAMA

Prêmio Abrasca

Estão abertas as inscrições para o 15º Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual. Criado com o objetivo de contribuir com as empresas para a melhora da qualidade das informações apresentadas ao mercado e, assim, aprimorar mecanismos de governança corporativa ao mercado de capitais, a premiação homenageia as companhias abertas, fechadas e as organizações não-empresariais que se destacaram no ano anterior. As inscrições vão até o dia 31 de julho. A cerimônia de premiação está agendada para o dia 28 de novembro, no Auditório da BM&FBovespa, em São Paulo. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 3107-5557 e no site www.abrasca.org.br. O prêmio tem apoio institucional do Ibracon.

15º Conescap



Com o tema "Empresário de Serviços: Credibilidade, Sensibilidade e Visão Estratégica", a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) realiza a 15ª Conescap, a convenção nacional do segmento. O evento acontece de 21 a 23 de agosto no Serra Park, em Gramado, no Rio Grande do Sul.

A expectativa é de que dois mil gestores da área de serviços de todo o Brasil participem. Realizado a cada dois anos, com ciclo de painéis, oficinas e palestras, o evento é um importante momento de confraternização e integração nacional das empresas do setor de serviços. Um espaço para debates, troca de ideias, negócios e descoberta de novas tecnologias. Um dos destaques do encontro é o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, que fará palestra sobre perspectivas para a economia brasileira diante das demais economias mundiais. Paralelamente à 15ª Conescap, será realizada a Feira Nacional de Negócios para o Setor de Serviços.

Três em um

O CFC realiza em novembro três eventos importantes na agenda contábil, com uma novidade: eles acontecerão, simultaneamente, a bordo do navio de cruzeiros MSC Preziosa.

O IX Encontro Nacional da Mulher Contabilista está agendado para 27 a 30 de novembro. O Encontro Nacional de Jovens Lideranças Contábeis se realizará de 28

a 29 do mesmo mês, mesmas datas do Fórum Nacional de Administração Pública Responsável. Veja a programação dos eventos no site cfc.org.br.



Prêmio Anefac

A festa de premiação das 20 empresas com as demonstrações financeiras mais transparentes do Brasil será realizada dia 26 de setembro, no Espaço Rosa Rosarum, em Pinheiros, na capital paulista. Trata-se do Troféu Transparência, promovido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e pela Serasa Experian. Mais informações podem ser obtidas na Anefac, telefone (11) 2808-3200.

Relações com investidores

15º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais acontece de 03 a 04 de julho na Fecomércio, rua Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista, São Paulo (SP), realização da Abrasca e do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri). O evento será aberto por Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Antonio D. C. Castro, presidente da Abrasca, e Luiz Fernando Rolla, presidente do Conselho de Administração do Ibri. ✓

Siscoserv exige atenção



Sistema eletrônico
inspira cuidados
na aquisição e
venda de serviços
internacionais

A implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) continua pouco assimilada pelas empresas, apesar de ter sido anunciada pelo Governo Federal em agosto do ano passado. O Siscoserv é uma obrigação acessória criada pela Lei 12.546/12, que visa o registro das operações do prestador ou tomador de serviço, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior.

Gerido pela Receita Federal e pela Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o sistema foi criado para gerenciar as estatísticas do comércio exterior de serviços e intangíveis. O MDIC afirma que ele foi desenvolvido como ferramenta para o aprimoramento das ações de estímulo, formulação, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas a serviços e intangíveis, bem como para a orientação de estratégias empresariais de comércio exterior de serviços e intangíveis.

"Na minha percepção, a maioria das empresas e pessoas físicas atingidas pelo sistema ainda não atentou para isso e não está cumprindo essa obrigação acessória. No caso dos contadores, há uma dupla exigência: prestar suas próprias informações de serviços prestados ou tomados no Exterior e

dar suporte contábil aos clientes", afirma Sérgio Approbato Machado Júnior, presidente Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de São Paulo (Sescon-SP) e também da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP).

E ele lembra que as multas do Siscoserv são salgadas. Segundo a Instrução Normativa 1.336/13, da Receita Federal, os valores podem chegar a R\$ 1,5 mil ao mês em caso de informação extemporânea das transações de empresas que apuram pelo lucro real. Ou atingir 0,2% sobre o faturamento do mês anterior ao da prestação de serviço se houver omissão, inexactidão ou apresentação de informação incompletas.

Estão dispensados da declaração de dados no Siscoserv os optantes pelo Simples Nacional e microempreendedores individuais que não sejam beneficiados por mecanismos de apoio ao comércio exterior. No caso de pessoas físicas, porém, são obrigatórias as notificações de operações acima de US\$ 20 mil.

O sistema tem dois módulos: um para venda e outro para aquisição de serviços ou intangíveis no mercado internacional, inclusive com algumas regras diferenciadas e até mesmo manuais separados, que estão no site do MDIC. O primeiro passo é o correto enquadramento das operações



Sérgio Approbato Machado Júnior

Serviços de auditoria e pagamentos de honorários advocatícios estão entre as operações controladas pelo sistema

na Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS) - um calhamaço de 600 páginas.

E vale lembrar que o Siscoserv não perdoa nem mesmo informações que anteriormente costumavam ficar de fora dos documentos contábeis, como o consumo no Exterior feito por profissionais que viajam a serviço pela empresa, o que deve incrementar significativamente as informações a serem coletadas e transmitidas ao Fisco por muitas companhias.

Entre as operações abrangidas pelo Siscoserv estão recebimentos por serviços de auditoria e contabilidade, pagamentos de honorários a advogados estrangeiros e de taxas de manutenção de contas bancárias no exterior. Quanto aos intangíveis, devem ser fornecidas informações, por exemplo, de pagamentos internacionais de

licenciamento de marca e licenças de uso de *softwares*. Quanto às variações de patrimônio, o sistema abrange o pagamento internacional pelo fornecimento de alimentação, factoring e pagamento internacional ou recebimento por arrendamento mercantil, entre outros.

Uma das críticas do mercado ao sistema diz respeito à falta de clareza na divulgação inicial do Governo. "Aos olhos do governo, cabe às empresas correr atrás e buscar informações", afirma Approbato, lembrando que os problemas de divulgação levaram inclusive a adiamentos nos prazos de registro.

O fato é que as empresas precisam adequar suas rotinas e sistematizar processos para a organização das informações que devem ser apresentadas sem o risco de descumprir os prazos.

Calendário

A implementação do Siscoserv vem sendo feita de forma gradativa. Começou em agosto de 2012 com o registro das operações de construção civil; coleta, remessa ou entrega de documentos ou pequenos objetos; e serviços de manutenção, reparo e instalação.

Entre os setores que entraram no sistema em outubro no ano passado estão serviços jurídicos e contábeis. Em julho, as regras começam a valer para o arrendamento mercantil operacional, propriedade intelectual, franquias empresariais e exploração de outros direitos; além dos serviços de pesquisa e desenvolvimento; serviços recreativos, culturais e desportivos; e cessão de direitos de propriedade intelectual.

O cronograma de implantação termina em outubro, com o ingresso no sistema dos serviços de transmissão e distribuição de eletricidade; distribuição de gás e água; telecomunicação, difusão e fornecimento de informações; apoio às atividades agropecuárias, silvicultura, pesca, aquicultura, extração mineral, eletricidade, gás e água; serviços educacionais, relacionados à saúde humana e de assistência social; e serviços de tratamento, eliminação e coleta de resíduos sólidos, saneamento, remediação e serviços ambientais. ✓

Fatores que inibem o acesso ao mercado de capitais

Carlos A. Rocca*

Nos últimos anos, cresce de intensidade o debate em torno dos fatores que inibem o acesso das empresas brasileiras ao mercado de capitais e, de modo especial, ao mercado de ações. Comparações internacionais mostram que o número de companhias abertas no Brasil é o menor entre os países emergentes, ao mesmo tempo em que se verifica que o valor médio dos IPOs é um dos maiores do mundo.

No Bovespa Mais – idealizado para facilitar o acesso ao mercado de forma gradual, de modo a fomentar o crescimento de pequenas e médias companhias via mercado de capitais –, quatro empresas estão listadas e apenas duas já emitiram ações. Em muitos países, esses mercados atraem centenas de empresas de menor porte: 2.277, no Canadá; 1.114, na Inglaterra; 785, na Coreia do Sul; 397, na Polônia; e 332, na China, conforme aponta o estudo *Utilização do Mercado de Capitais para o Financiamento de Pequenas e Médias Empresas por Meio de Ações – Diagnóstico do Grupo de Trabalho Experiências Internacionais*, de 2012.

A constatação é que o mercado acionário brasileiro se caracteriza como um mercado de grandes empresas, que fazem grandes emissões, estruturadas por grandes bancos e vendidas para grandes investidores.

Na busca de explicações para esse quadro, não parece adequado atribuir maior responsabilidade à regulação do mercado de capitais que, apesar de algum excesso de burocracia e de custos, é considerada a melhor entre os emergentes e uma das melhores do mundo. Embora seja desejável reduzir os custos de realização de IPOs e de manutenção de companhias abertas, comparações internacionais não sugerem ser este um elemento especialmente relevante.

Um recente trabalho de pesquisa – realizado pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, sob minha coordenação e de Lauro M. Santos Junior, como parte do projeto *Elementos para uma Estratégia Nacional de Acesso ao Mercado de Capitais*, a ser divulgado em breve – sugere que o principal fator que provavelmente explica o limitado acesso das empresas ao mercado acionário brasileiro são as altas taxas de juros de títulos públicos praticadas no Brasil desde o Plano Real, que inibiram também o desenvolvimento do mercado de dívida corporativa.

O argumento parte da observação de que o grau de desenvolvimento do mercado de capitais está correlacionado com sua competitividade frente às alternativas existentes, no atendimento dos objetivos dos investidores e as necessidades de financiamento das empresas.

Do lado dos investidores, não é difícil demonstrar que a oferta de títulos públicos com remuneração real elevada, alta liquidez e risco de crédito praticamente nulo reduz fortemente sua disposição de investir em títulos privados, seja em ações seja em títulos de dívida corporativa. A permanência de altas taxas de juros durante quase duas décadas reforçou uma cultura de renda fixa, levou a uma concentração das carteiras de investimento em títulos públicos e afastou os investidores da renda variável.

Em comparações internacionais verifica-se que o número de investidores individuais em ações é muito pequeno, da ordem de 0,3% da população, porcentagem que se compara com 5% na média das economias emergentes e 7,1% na China. Quase 60% da carteira consolidada dos investidores institucionais é aplicada em títulos públicos; as aplicações em renda variável representam apenas 9% dos ativos dos fundos de investimento contra a média internacional de 40%.

Entre os investidores institucionais, tipicamente portadores de carteiras de valor elevado, o investimento em ações de empresas de menor porte tem atratividade ainda mais reduzida, seja porque seu custo de avaliação é elevado em relação à dimensão do investimento, seja porque em geral apresentam baixa liquidez.

Desse modo, altas taxas de juros reduzem a demanda de ações por parte de investidores, e de modo ainda mais significativo para emissões menores, provenientes de empresas de menor porte. Nesse contexto, emissões primárias de ações que encontram mercado são emissões de valor elevado, obviamente feitas por grandes empresas, destinadas principalmente a investidores institucionais e investidores estrangeiros, levando em conta também a reduzida base de investidores individuais.

A disposição das empresas em abrir o capital certamente depende de sua avaliação dos custos e benefícios dessa iniciativa e, em particular, de seu impacto sobre o valor da empresa para seus acionistas. Além de outros pontos, inclusive questões culturais relacionadas com o compartilhamento de controle, a decisão provavelmente envolve a comparação entre a expectativa de valor de mercado da empresa de capital fechado com aquele que seria obtido com padrões de transparência e governança de uma companhia aberta, já computados os seus custos.



“Redução da taxa de juros terá grande impacto na alocação de recursos por parte dos investidores em favor de títulos privados”

Uma análise do forte ciclo de IPOs ocorrido em 2006/2007, quando 84 empresas abriram seu capital, fornece considerável sustentação a essas hipóteses. Por exemplo, o ativo médio das empresas que abriram o capital em 2007 era cerca de 30% maior que o das empresas listadas anteriormente e mais de 70% das ações foram colocadas junto a investidores estrangeiros. Por outro lado, há indicativos de que a acentuada valorização das ações nesse período foi provavelmente o principal fator gerador desse ciclo. Estimativas do custo de capital próprio mostram que esse indicador atingiu em 2006/2007 os menores valores de todo o período de 2005 a 2012, como evidenciado no Gráfico 1.

A significativa correlação negativa entre número de IPOs e custo de capital próprio sugere que a decisão de abrir o capital

é muito influenciada pelo valor atribuído pelo mercado às empresas, que estava em nível elevado no período 2006/2007, por conta das expectativas favoráveis de crescimento e pela redução do custo de capital próprio nesse período. Uma evidência eventualmente ainda mais significativa quanto à importância dessa variável é extraída dos dados sobre a estratégia de desinvestimento escolhida pelos fundos de *venture capital* e *private equity* (FIPs) no período de 2005 e 2012.

Tipicamente, esses fundos investem em empresas fechadas de grande potencial de crescimento, introduzem padrões de governança de alto nível até para viabilizar a realização de IPO posteriormente, promovem consolidações e, após alguns anos, realizam o desinvestimento, buscando adotar a estratégia que maximiza os resultados para seus quotistas. O Gráfico 2 apresenta o número de desinvestimentos realizados em cada ano segundo a estratégia adotada.

Do total de 84 IPOs realizados em 2006/2007, 43% tiveram origem em desinvestimentos de FIPs. Dos 90 casos de desinvestimento (42 + 48), a opção por IPOs foi de 40% (36 casos), coincidindo com os menores custos de capital próprio. No biênio seguinte, de 2008/2009, embora o número de desinvestimentos tenha se elevado para 98 casos, a opção pela estratégia de IPOs limitou-se a apenas cinco casos, coincidindo com a elevação do custo de capital próprio que se seguiu à crise de 2008.

Embora o período analisado seja muito curto, e outros fatores possam ter atuado, parece difícil rejeitar a hipótese de que o custo de capital próprio é um dos principais fatores condicionantes da decisão das empresas de abrirem seu capital.

Em resumo, há razões para acreditar que a elevada taxa de juros de títulos públicos praticada nas últimas décadas é, provavelmente, o principal fator que levou o mercado acionário brasileiro a ser concentrado em um pequeno número de grandes empresas.

Nesse contexto, a forte redução da taxa de juros observada especialmente a partir do segundo semestre de 2011 certamente terá grande impacto na alocação de recursos por parte dos investidores em favor de títulos privados, representados por ações ou instrumentos de dívida corporativa.

Não obstante o cenário atual seja de elevação da taxa de juros doméstica, no curto prazo, para enfrentar a aceleração inflacionária e, nos próximos anos, para acompanhar a provável elevação das taxas internacionais, não se acredita que a mesma retorne aos níveis excepcionalmente elevados do passado recente.

A prevalecer esse cenário, o movimento já identificado de diversificação da carteira dos investidores em favor de títulos privados em geral e de ações em particular deve ter maior duração, ampliando o número e o interesse de investidores domésticos nesses papéis. Essa tendência pode criar condições mais favoráveis para o acesso de um número maior de empresas ao mercado acionário mediante abertura de capital, movimento esse que pode ser reforçado por expectativas mais favoráveis de crescimento da economia brasileira. ✓

**Carlos A. Rocca é doutor em Economia pela FEA-USP, diretor do Centro de Estudos do IBMEC e sócio-diretor da CRC Consultores Associados*

Gráfico 1
Custo de capital próprio e número de IPOs

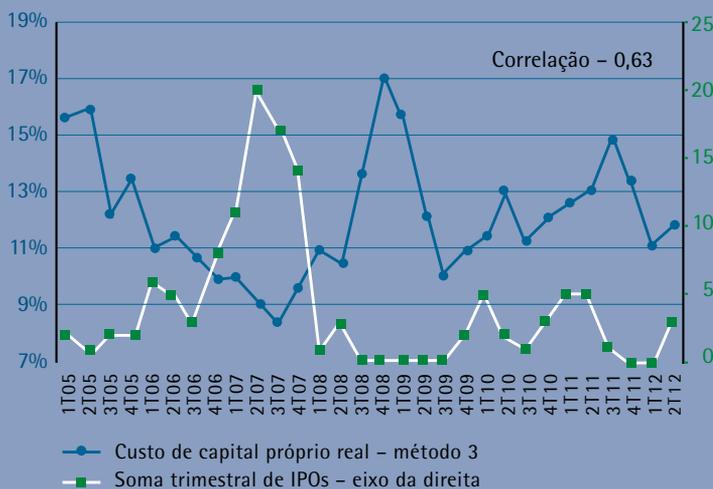
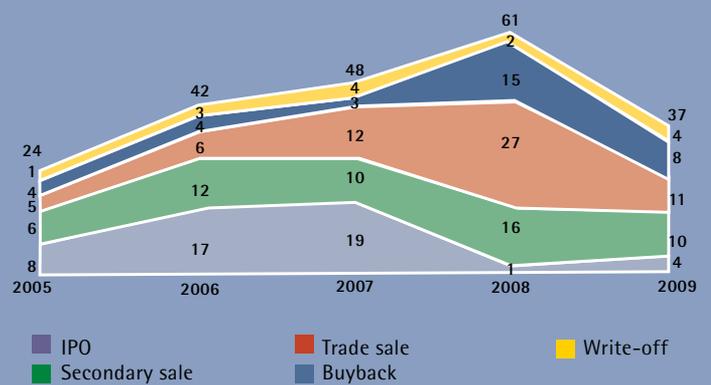


Gráfico 2
2006/2007: 43% dos IPOs são de empresas investidas por fundos de VC/PE (FIPs); 40% do desinvestimento feito por IPO; 2008/2009: apenas 5% do desinvestimento feito por IPO



Fonte: 2º Censo Brasileiro de Private Equity e Venture Capital ABDI

MAIS DE 40 ANOS A SERVIÇO DA AUDITORIA E CONTABILIDADE

SEJA UM ASSOCIADO

Faça parte do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Veja algumas vantagens:

- ✓ Recebimento de informações técnicas atualizadas
- ✓ Fortalecimento e valorização da profissão
- ✓ Possibilidade de participação em Fóruns e Grupos de Trabalhos
- ✓ Participação, em condições diferenciadas, nos cursos de Educação Continuada, possibilitando a permanente atualização e excelência profissional
- ✓ Participação em conferências e palestras com temas de amplo interesse da profissão
- ✓ Acesso a conteúdo exclusivo no portal Ibracon

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRA✓**CON**
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Juventude com experiência

Alexsandro Broedel:
exemplo de dedicação
e sucesso profissional

Com apenas 38 anos de idade, Alexsandro Broedel representa uma nova geração de profissionais da área de Ciências Contábeis. Diretor de Controle Financeiro do Banco Itaú, Broedel construiu uma carreira de sucesso, associando juventude e experiência, não apenas no Brasil, como também com uma marcante atuação no cenário internacional.

Em abril, por exemplo, ele esteve em Londres, na Inglaterra, para a primeira reunião do Accounting Standards Advisory Forum, um grupo recém-formado para assessorar o International Accounting Standards Board (IASB) no aprimoramento das International Financial Reporting Standards (IFRS). As normas internacionais de contabilidade, aliás, estão entre os temas preferidos de Broedel.

No início da carreira, ele enfatizou os estudos acadêmicos e admite que "deu sorte" ao escolher uma universidade na Inglaterra. "Ter ido para lá, em vez de escolher os Estados Unidos, me ajudou bastante. A Inglaterra é considerada o berço das IFRS, que são inspiradas na norma inglesa."

Graduado em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade de São Paulo (USP), ele seguiu do bacharelado direto para o doutorado. Na Inglaterra, além de estudar, Broedel também lecionou na London School of Economics e na Manchester Business School, onde fez o seu PhD em Accounting and Finance. Desde 2002, quando retornou ao Brasil, é professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP) e na Faculdade de Direito (FDUSP). Também leciona na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

Mais prática, menos teoria

Broedel optou pela contabilidade, na graduação, e pela atuação acadêmica bastante consciente do que desejava. "No segundo grau, eu fiz um curso técnico de metalurgia no Espírito Santo, onde morava com minha família. Mas, quando terminei, não prestei o vestibular. Fiquei um ano fazendo estágio em uma empresa. Após muita pesquisa, me decidi pela contabilidade. O caminho natural depois do curso técnico de metalurgia seria a engenharia, mas eu queria algo mais relacionado ao mundo dos negócios", recorda.



“As IFRS exigem contadores que conheçam os negócios, a legislação e as estruturas societárias. Os cursos superiores treinam muito pouco os estudantes para temas relacionados à economia e às finanças”

Como mantinha contato com várias empresas para realização de treinamentos e consultorias, gradativamente ele migrou para o mercado. De 2006 em diante, decidiu que era o momento de se dedicar mais à prática profissional e atuou como consultor em um dos mais renomados escritórios de advocacia do Brasil.

Em 2009, por conta de seus conhecimentos em IFRS, foi convidado pela então presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Santana, para o cargo de diretor da autarquia. Deixou a CVM em 2012 e, após o período de quarentena exigido por lei, começou a trabalhar no Banco Itaú.

Com toda a experiência acumulada, ele considera as IFRS um dos temas mais importantes da contabilidade, justamente

por não serem normas estanques e que sempre poderão ser aprimoradas, de acordo com a prática diária.

“A contabilidade no Brasil avançou brutalmente com a adoção das IFRS. O que temos, hoje, não tem nada a ver com o que víamos há dez anos. É incomparável. A qualidade dos reportes das companhias é muito melhor agora.”

Mas ele destaca que assegurar qualificação profissional no Brasil é um grande desafio. “As IFRS exigem contadores que conheçam muito mais os negócios, a legislação e as estruturas societárias. Os nossos cursos superiores treinam muito pouco os estudantes para temas relacionados à economia e às finanças. O ensino é muito focado na parte escritural, de crédito e débito. O mercado precisa de profissionais com

conhecimento mais robusto do que estamos acostumados.”

O diretor do Banco Itaú também alerta para a necessidade de dedicação dos contadores e auditores à carreira. “O aluno de Medicina estuda seis anos em período integral e ainda faz quatro anos de residência. Na contabilidade, querem fazer um curso de quatro anos, no período noturno. Os estudantes precisam se dedicar mais à carreira, ter fluência em outros idiomas, conhecer as empresas”, aconselha.

Diante do argumento de que os médicos têm tão extensa formação porque precisam estar preparados para, em situações extremas, salvar vidas, Broedel é enfático: a contabilidade é responsável por gerir companhias gigantescas. “É fundamental para a sociedade”, conclui. ✓



CT orienta emissão de relatórios de auditoria

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil emitiu o Comunicado Técnico (CT) 03/2013, que orienta os auditores independentes na emissão do relatório de auditoria (ou de revisão) sobre as demonstrações contábeis (ou informações intermediárias) e sobre os procedimentos de auditoria (ou de revisão) requeridos quando se tratar de reapresentação de demonstrações contábeis ou de informações intermediárias.

O CT incorpora as orientações contidas no CT nº 01/2009 e na Circular nº 003/2013-DN, do Ibracon, que, portanto, estão revogados a partir de agora.

Anteriormente, em 19 de janeiro de 2009, em decorrência da edição da Lei nº 11.638, que alterou a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404), o Ibracon emitiu o Comunicado Técnico nº 01/2009 (aprovado pela Resolução nº 1.155 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC) com orientações aos auditores independentes para a emissão de relatórios de auditoria sobre as primeiras demonstrações contábeis, elaboradas pelas entidades de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir da Lei nº 11.638, incluindo aspectos relacionados com a reapresentação de demonstrações contábeis de exercícios anteriores, em decorrência da aplicação retrospectiva de novas práticas contábeis.

Recentemente, em 28 de março de 2013, o Ibracon emitiu a Circular nº 003/2013 – DN, contendo orientação aos auditores independentes sobre emissão de relatórios de revisão das informações intermediárias que incluem, no período corrente, a adoção de novas práticas contábeis, decorrente de mudanças introduzidas por novos pronunciamentos contábeis, com aplicação retrospectiva.

Este CT apresenta orientações específicas, aborda os procedimentos de auditoria ou revisão aplicáveis, bem como discute a maneira como devem ser tratadas cada uma das situações abaixo descritas:

- Reemissão de relatório dos auditores independentes sobre a **reapresentação completa de demonstrações contábeis** (ou de informações intermediárias) que ocorre quando são reapresentadas novas demonstrações contábeis (novas **informações intermediárias**) em substituição àquelas anteriormente apresentadas, descritos nos itens 6 ao 18 deste CT;
- Emissão de relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis (ou informações intermediárias) do período corrente que incluem a **reapresentação das informações correspondentes** referentes ao período anterior, apresentadas para fins de comparação, em decorrência de ajustes retrospectivos, descritos nos itens 19 a 31 deste CT;
- Emissão de relatório de auditores antecessores sobre as **informações correspondentes** alteradas que estão sendo apresentadas, para fins de comparação, no conjunto completo das demonstrações contábeis auditadas (ou nas informações intermediárias revisadas) do período corrente por um novo auditor sucessor, descritos nos itens 32 a 38 deste CT;
- Emissão de relatório de **revisão** das informações intermediárias que incluem, em 2013, a adoção de novas práticas contábeis, decorrentes de mudanças introduzidas por novos pronunciamentos contábeis com aplicação retrospectiva, descritos nos itens 39 a 48 deste CT.

A íntegra do CT está no portal www.ibracon.com.br

2013 **Ano da** **Contabilidade**



2013: Ano da Contabilidade no Brasil, você fará parte desta história!

 *O Ibracon faz parte deste movimento. Participe!*

www.anodacontabilidade.org.br

Xô, estresse!

Planejamento é o ponto de partida para uma melhor qualidade de vida

Excesso de trabalho, prazos apertados, cobrança por resultados, sedentarismo, trânsito caótico e alimentação desregulada. Difícil encontrar um auditor que não se encaixe neste perfil, principalmente em meio à revolução pela qual passa a profissão nos últimos anos e à enorme demanda criada pelo desenvolvimento do País. A rotina nos escritórios é muito exigente.

Para evitar o resultado provável – problemas de saúde –, algumas medidas relativamente simples podem ser incorporadas ao dia a dia dos executivos e proporcionar uma melhor qualidade de vida. Esta é a proposta do livro *Comer, treinar, dormir – Como superar as doenças da vida moderna*, da dra. Samira Layaun. "A vida nas grandes cidades favorece a instalação do estresse crônico, que, por sua vez, abre as portas do organismo para doenças e infecções", alerta a médica e esportista.

Algumas dicas básicas, distribuídas nos 21 capítulos do livro, são alimentar-se e hidratar-se corretamente. Para enfatizar a importância da boa alimentação, a dra. Samira lista, por exemplo, nada menos que 80 problemas associados ao consumo de açúcar, desde acne até câncer.

"Ficar sem comer por longos períodos de tempo é errado. Devemos nos alimentar a cada três ou quatro horas. E tomar água sempre antes e após as refeições, nunca durante",



Samira Layaun



aconselha. Outra dica valiosa é não extrapolar o horário de expediente. "Esteja certo de que você produzirá mais e melhor se estiver em boas condições físicas e mentais".

A médica, que adora esportes e pratica corrida, sugere que 30 minutos por dia sejam reservados para algum tipo de exercício, mesmo que seja apenas uma caminhada. "Tem de anotar na agenda, como os demais compromissos diários. Caso não consiga cumprir o horário, tente compensar com outra atividade ao longo do dia ou à noite. Procure não ficar mais que um dia sem se exercitar", alerta. As pausas ativas - parar o trabalho por alguns minutos para se movimentar, se alongar e tomar água - ajudam a melhorar o desempenho e a produtividade.

No capítulo do sono, a sugestão é dormir e acordar mais ou menos no mesmo horário todos os dias. A privação esporádica do sono não traz consequências graves à saúde, porém a



privação crônica, sim. O ideal é uma média de oito horas de sono por noite.

Para aqueles que alegam "falta de tempo", ela assegura que o problema não é esse. E aqui vai uma palavra muito cara aos profissionais, em especial da área da auditoria independente: planejamento. É a falta de planejamento que impede a boa administração da vida pessoal, o que pode se refletir negativamente também nas esferas

profissional, social e familiar, com repercussões na saúde física e mental.

"O planejamento é fundamental para uma melhor qualidade de vida. Embora muitos executivos saibam planejar suas atividades profissionais, boa parte deles, infelizmente, não consegue fazer o mesmo com relação à própria saúde", alerta a médica.

O lazer, a prática de exercícios, o contato com amigos, com a pessoa amada ou com animais podem elevar os níveis de neurotransmissores como a serotonina e a dopamina, responsáveis pela sensação de bem-estar e prazer.

Portanto, que tal tomar sol na hora do almoço, divertir-se e ter uma vida social ativa? Se quiser ir além, a médica também acredita no valor da meditação e de se nutrir bons sentimentos. Vale, ainda, praticar boas ações, adotar um animalzinho de estimação ou cultivar uma planta. Uma boa massagem ao final do dia pode fazer milagres! ✓



Um ano de muita atividade

Em 2012, o Ibracon empreendeu várias ações, por meio das diretorias de Desenvolvimento Profissional da Nacional e das Regionais, visando a fortalecer a Educação Continuada dos profissionais da auditoria independente.

As Regionais realizaram 117 eventos, entre cursos, palestras e seminários locais, que totalizaram 1.047 horas/aula, com a presença de 3.285 profissionais.

Outra ação de destaque da área de Desenvolvimento Profissional se dá no âmbito da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Por conta das alterações promovidas pela Resolução 1.377/11, do CFC, desde o ano passado o Ibracon participa da Comissão com seis membros: o diretor nacional de Desenvolvimento Profissional mais os diretores da área das cinco Regionais que contam com maior número de profissionais ativos.

Em 2013, a Comissão iniciou um processo de coleta de sugestões visando ao aperfeiçoamento da norma, para posterior discussão de forma ampla.

Educação Continuada nas Regionais em 2012

Regional	Nº de eventos	Nº participantes	Carga horária
2ª	11	286	45
3ª	23	324	270
4ª	9	317	72
5ª	66	2.131	504
6ª	7	197	140
9ª	1	30	16
Total	117	3.285	1.047

Vale lembrar que a 2ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente também contou pontos para o Programa de Educação Continuada do CFC.

Outra ação da Nacional que colabora para a Educação Continuada ao mesmo tempo em que reforça a imagem do Instituto são os cursos destinados a públicos diferenciados, a exemplo do realizado em julho para multiplicadores dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Ministrado por Cláudio Longo e Dalgi Santos, o curso de Auditoria em Entidades de Pequeno e Médio Portes foi planejado com base no *Guia de Utilização das Normas de Auditoria em Auditorias de Entidades de Pequeno e Médio Portes*, e contou com 36 participantes.

Já o curso para jornalistas foi realizado em março de 2012 com o propósito de apresentar aos profissionais do jornal *Valor Econômico* a importância da contabilidade e os conceitos centrais relacionados às operações e responsabilidades dos auditores independentes. ✓

Educação à distância

Os cursos no formato *e-learning* promovidos pela Nacional em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) registraram grande demanda no ano passado. Acompanhados por 1.040 profissionais, eles foram planejados especificamente para transmitir aos alunos as novas normas de auditoria, em três módulos.

<i>E-learning</i> 2012	Nº alunos
Novas Normas de Auditoria 1	449
Novas Normas de Auditoria 2	313
Novas Normas de Auditoria 3	278
Total	1.040



2ª Conferência do Ibracon

JORNALISTA

O IBRACON QUER LEVAR
VOCÊ A LONDRES!

3º Prêmio Transparência de Jornalismo – 2013

- ✓ Tema: “Consolidação da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria Independente”
- ✓ Envie sua matéria até 20/11/2013
- ✓ O vencedor ganhará uma viagem a Londres, para uma visita à sede do International Accounting Standards Board (IASB)

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

INSCRIÇÕES E REGULAMENTO: www.ibracon.com.br/jornalismo



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Tristão Gonçalves, 827
60015-000, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br
www.ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br
www.ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br
www.ibraconsexta.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br